



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 171ª reunião, realizada em 14 de setembro de 2016

1 Em 14 de setembro de 2016, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Jairo
5 José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
6 Sustentável, e o presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira, secretário
7 adjunto da SEMAD. Representantes do poder público: Juliana Pereira da Cunha,
8 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Lino
9 Ramos do Nascimento, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Kleber Gesteira
10 Matos, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Leonardo Carvalho Ladeira,
11 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Marina Imaculada
12 Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de
13 Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop);
14 Ronaldo Pena Costa Júnior, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
15 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Francisco Eduardo
16 Moreira, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Danielle Braga Valaci
17 Pontes Ferrari, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Luiz Ronaldo
18 Carvalho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Nathália
19 Carriere Faria Paulino, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Felipe Faria de
20 Oliveira, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Gustavo Guimarães Alves, do
21 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
22 (Ibama); Sarah Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro, da Comissão de Meio Ambiente e
23 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).
24 Representantes da sociedade civil: Cláudio Bruzzi Boechat, da Associação
25 Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas); Carlos Alberto Santos Oliveira, da
26 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Adair
27 Evangelista Marques, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
28 (Fiemg); Wagner Soares Costa, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria;
29 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na
30 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Rinaldo César Mancin, do
31 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara
32 do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Mônica Bicalho Pinto Rodrigues, da
33 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Maria Dalce
34 Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana
35 de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias
36 Hidrográficas (Fonasc); Luiz Henrique Martins, da Associação dos Agentes
37 Ambientais Voluntários do Desenvolvimento Sustentável e Defesa Social

38 (Neoambiente); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação
39 Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Miguel Angelo de Andrade, da Pontifícia
40 Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Luiza Maria de Carvalho, do
41 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);
42 Admilson Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Tarcísio Walter
43 Gotelipe Reis, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas
44 Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.**
45 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Jairo José
46 Isaac Vieira declarou aberta a 171ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de
47 Política Ambiental e fez o seguinte pronunciamento aos conselheiros: “Eu gostaria
48 de cumprimentá-los. É a primeira reunião do COPAM de que eu participo. Em
49 reuniões anteriores, eu não tive oportunidade de vir aqui, e o meu colega de
50 trabalho secretário adjunto esteve presente nas duas ou três que aconteceram. O
51 Germano me fez, inclusive, a gentileza de estar aqui, e me parece que, na época,
52 eu pedi a ele que explicasse a vocês que, dada as dificuldades, inclusive, de
53 permanência na própria Secretaria naqueles dias em que estavam agendadas as
54 reuniões eu não tinha nem teria condição de participar. Hoje também a minha
55 situação não é confortável, eu estou numa zona de profundo desconforto. Eu vou
56 abrir a sessão e falar um pouquinho do que nós estamos fazendo na secretaria
57 nesses quase 90 dias. No dia 23, completam 90 dias que estamos assentados na
58 cadeira de secretário de Estado de Meio Ambiente. Não foram dias fáceis, nós
59 convivemos com 70 dias de greve, e temos 20 dias, além dos 70 dias, de trabalho
60 normal. Mesmo assim, com toda dificuldade, com todos os problemas que
61 estavam acontecendo e que continuam acontecendo, com toda a dificuldade do
62 Sistema, nós temos procurado ser mais objetivos no tratamento do desses
63 problemas. E com alguma determinação e muita força de vontade, muito se
64 conseguiu. Nós estamos elaborando um documento que vai ser encaminhado ao
65 governador agora na semana que vem desses 90 dias na Secretaria de Meio
66 Ambiente, o que foi feito durante a greve e posteriormente à greve, nesses poucos
67 dias. O compromisso que nós temos com o Estado e, inclusive, com a própria
68 Secretaria é de dar, realmente, maior visibilidade à Secretaria. Ela tem que ser
69 uma Secretaria mais atuante, mais atenta às dificuldades, aos grandes problemas
70 ambientais que tem no Estado. E a parte ambiental é tão importante quanto a
71 Secretaria mais importante do Estado, que é, na minha avaliação, a Secretaria de
72 Estado de Fazenda. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente é tão importante
73 quanto. Ou ela ajuda o Estado a conseguir novos investimentos, novos
74 empreendedores, ou ela inviabiliza o Estado com relação a novos
75 empreendedores, a novos investimentos. Então a tratativa desses problemas,
76 desses gargalos, é de enfrentar o problema como ele se apresenta. Não tem outra
77 alternativa. É mudar para melhor, tentar racionalizar o trabalho, procurar ser muito
78 objetivo no foco e partir para o trabalho. Nós fizemos aqui, tão logo as coisas
79 começaram a melhorar, após a greve, o chamamento de toda a base. Todas as
80 nove Superintendências foram reunidas na Cidade Administrativa, permaneceram

81 lá durante uma semana em discussão, com o nosso grupo técnico acompanhando
82 o tempo todo. E essas reuniões vão continuar. Foram os superintendentes, depois
83 os técnicos e depois os diretores. E eu, pessoalmente, a partir de determinado
84 momento, junto com o meu secretário ou a minha chefe de Gabinete, visitarei uma
85 a uma das Superintendências. Eu vou estar no local e verificar como estão
86 localizadas, de que maneira estão, quais as deficiências, quais as dificuldades.
87 Vou fazer um relatório e encaminhar para o órgão competente do Estado do que é
88 preciso para que a gente cumpra a promessa de mudar a face da Secretaria até
89 dezembro. Esse foi um compromisso que eu tive com o governador. Eu não sou
90 do Sistema, mas sou um homem de gestão, de qualificação, e isso vai me permitir,
91 com a equipe que foi estruturada, avançar. E nós não temos nenhuma
92 preocupação com trabalho, o trabalho para nós é o que menos importa, e nós
93 vamos trabalhar de 9h da manhã até às 6h da tarde, aqui no Gabinete, no 3º
94 andar, ou lá na Cidade Administrativa. Felizmente, eu tenho o conforto de ter
95 pessoas altamente qualificadas ao meu lado. Talvez eu possa até retratar aqui
96 para vocês que foi esse o grande motivo da minha permanência até na Secretaria:
97 encontrar um corpo técnico qualificado e constituir uma equipe de apoio,
98 começando pelo secretário-adjunto até os subsecretários, e mais a minha chefia
99 de Gabinete. Então com sete pessoas nós administramos 2.000 pessoas. E tem
100 um canal de comunicação aberto, permanente, com o sistema, e isso vai
101 acontecer também com o sistema empresarial. Nós já estivemos em visita à
102 Faemg, e estivemos durante bastante tempo com o Roberto Simões, conversando
103 sobre os problemas inerentes ao sistema deles, as dificuldades que eles têm
104 conosco, quais são as travas. Recebi dele um dossiê com 34 itens de cobranças,
105 e isso está sendo processado. Nós tivemos duas reuniões na Fiemg, com o doutor
106 Olavo e equipe técnica, e estamos, inclusive, fazendo uma parceria para viabilizar
107 alguns procedimentos que precisavam de apoio; e esse apoio está vindo da área
108 empresarial. E nós estamos com o desenho definido, até dezembro, para viabilizar
109 aqueles objetivos que definimos quando decidimos tomar posse. O segmento
110 ambientalista, nós também fizemos questão absoluta de conhecer, identificar,
111 conversar e nos colocar à disposição para criarmos, realmente, um ambiente mais
112 favorável para levar à frente as nossas dificuldades. Nós temos tido problemas,
113 não é novidade para ninguém, todo mundo conhece a situação do Estado, e isso
114 não é coisa restrita a Minas Gerais, e, sim, ao país todo. Temos dificuldades até
115 menores e um pouco delicados para o secretário mencionar em uma reunião tão
116 importante como a dos membros do COPAM. Mas é um gargalo, realmente, com
117 que se tem que ter muita determinação, muita vontade de superar problemas, para
118 não desanimar. Essa que foi a grande questão. Enfrentar os problemas como eles
119 estão. Temos condição de levá-los adiante, podemos fazer isso, podemos adiantar
120 alguma coisa a mais aqui na nossa permanência no cargo? A resposta foi
121 afirmativa. Então eu estou levando à frente o compromisso que assumi com o
122 governo, e vamos procurar, evidentemente, dentro da própria Secretaria, criar um
123 ambiente mais favorável com todo o segmento da sociedade, principalmente na

124 área ambiental e com os meios empresariais. Eu, na verdade, gostaria de falar
125 alguma coisa, mais tecnicamente, sobre alguns algumas providências que foram
126 adotadas, mas, possivelmente, na próxima reunião, eu devo ter mais tempo de
127 estar aqui com vocês para falar mais um pouco daquilo que se está fazendo, para
128 participar a vocês, para debaterem, inclusive, as providências que estão sendo
129 tomadas. Eu vou deixar isso para a próxima reunião e vou me permitir solicitar a
130 vocês a permissão para, tão logo começarem os trabalhos, eu me ausentar.
131 Porque nós hoje estamos numa tarefa profundamente delicada, que foi iniciada na
132 segunda-feira, e trabalhamos aqui de 9h às 7h da noite, para elaborar uma nota
133 para o governo com relação a problemas oriundos da Samarco. Eu estou com a
134 equipe técnica novamente no meu gabinete, e esse documento tem que sair até o
135 final da tarde e ser entregue à Justiça até sexta-feira. Então o Germano
136 permanecerá aqui e vai conversar com vocês, e eu ficarei devendo, numa próxima
137 reunião, estar aqui debatendo com vocês, debatendo dificuldades colocadas por
138 vocês, e o que nós estamos fazendo e pretendemos fazer. Eu agradeço e me
139 permito deixar um lembrete: não tenham dificuldade de fazer contato com a
140 Secretaria, não tenham dificuldade de levar os problemas para a Secretaria. Eu
141 sou um secretário que sempre trabalhou de porta aberta, e não vai ser diferente
142 aqui. Se houver algum problema que envolva, inclusive, o Conselho ou que algum
143 conselheiro tenha problema nas suas atividades, que levem os problemas. Nós
144 precisamos identificar alguns problemas, que ainda não estão sendo
145 transparentes, para podermos atacar. Eu quero aproveitar a oportunidade e dizer o
146 seguinte: não tenham dificuldade de fazer contato com o Gabinete nem com os
147 órgãos técnicos da Secretaria e o próprio Sistema, que envolve o IEF, o IGAM e a
148 FEAM. Nós trabalhamos em conjunto, cada um na sua responsabilidade, mas
149 procurando dar realmente uma nova imagem do que é o Sistema de Meio
150 Ambiente, o Sisema, e isso realmente que é a nossa preocupação. Então mais
151 uma vez eu quero deixá-los à vontade e contar com a cooperação e a ajuda de
152 vocês. Juntos eu tenho certeza de que faremos, e juntos nós vamos fazer. Muito
153 obrigado pela atenção.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
154 **ASSUNTOS GERAIS.** Presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu
155 queria dar boas-vindas aos novos conselheiros do COPAM. Sr. Luiz Ronaldo
156 Carvalho, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário,
157 seja bem-vindo. Tenho certeza de que o sr. vai contribuir demais e a sua
158 Secretaria com as discussões de política ambiental. E também dar boas-vindas ao
159 Dr. Francisco Eduardo Moreira, que é o secretário adjunto de Governo, do
160 Governo de Minas, também com toda a expertise e experiência de gestão. Tenho
161 certeza de que a Secretaria de Governo também vai contribuir muito com as
162 discussões aqui. Sobretudo porque muitas das questões que aparecem neste
163 Conselho são afetas a muitas Secretaria, então essa articulação enquanto
164 governo também é, sobremaneira, importante. Então sejam bem-vindos, Dr.
165 Francisco e Luiz Ronaldo. Espero que vocês desfrutem deste Conselho como
166 nunca.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Inicialmente, dar as boas-vindas ao

167 Plenário do COPAM e ao senhor secretário, doutor Jairo José Isaac. Nós tivemos
168 a oportunidade de nos reunir com ele, com todos os coordenadores regionais e
169 coordenador geral do Ministério Público na área ambiental, recentemente, em uma
170 reunião extremamente proveitosa. Eu sempre digo isso e reitero, doutor Jairo, que
171 os nossos objetivos são convergentes, Ministério Público e SEMAD. Na nossa
172 reunião de trabalho, nós percebemos uma orientação de compromissos firmados
173 muito significativos no tocante à segurança procedimental dos licenciamentos
174 ambientais e de preservação ambiental, propriamente dito, o que nos deixou muito
175 satisfeitos. Não apenas a mim, mas o Carlos Eduardo e todos os demais
176 coordenadores regionais. Realmente, enfrentamos um momento, há pouco tempo
177 atrás, de muitas dificuldades de posicionamentos entre Ministério Público e
178 SEMAD, e verificamos agora um espírito de renovação, de aproximação e de
179 prosperidade de construção conjunta de soluções. E é a isso que o Ministério
180 Público se propõe, e nos colocamos novamente à disposição da SEMAD para
181 tanto. Aproveito a oportunidade para me apresentar também, já que é a primeira
182 vez que estou neste Colegiado. Eu conheço muitos conselhos aqui presentes, mas
183 de outros colegiados dos quais participo. Estou atualmente participando da URC
184 Jequitinhonha, da URC Velhas e URC Paraopeba, da Câmara de Proteção à
185 Biodiversidade, da CNR, e agora pela primeira vez no COPAM. Anteriormente, os
186 meus colegas Carlos Eduardo e Mauro é que se fazem, comumente, presentes
187 nessas reuniões. Eu atuo junto com os colegas na Regional Jequitinhonha/Mucuri,
188 para além desses colegiados que acabei de mencionar, e também no Núcleo de
189 Resolução de Conflitos Ambientais, com o Dr. Carlos Eduardo, na sede do
190 Ministério Público. Sendo a primeira vez que estou aqui presente, eu me coloco à
191 disposição de todos, tanto neste Colegiado quanto fora dele, para o que for
192 necessário para que possamos ter um debate construtivo e, acima de tudo,
193 propositivo, objetivo, dentro do papel institucional do Ministério Público. Boa tarde
194 a todos, é um prazer estar compondo também este Colegiado nesta data.”

195 Presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira: “Obrigado, Felipe, seja muito
196 bem-vindo. Nós contamos muito com a sua expertise, com o seu jeito de fácil trato,
197 de conversa e de diálogo. Eu acho que realmente, pelo menos nesses três meses,
198 uma das metas que eu queria cumprir eu estou cumprindo, que é realmente
199 fortalecer os laços com vocês, com os meus amigos. Eu tenho certeza de que nós
200 vamos conseguir fazer isso.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu tenho dois
201 assuntos. Ontem, nós ficamos sabendo, e queremos confirmar, porque a notícia é
202 inverossímil, inacreditável, inaceitável, que Seplag mandou recolher 54 veículos
203 tracionados, ou seja, caminhonetes das unidades de conservação do Estado. E
204 estamos sabendo que desde maio o IEF insiste, espera, aguarda e cobra da
205 Seplag para resolver esse problema de questões burocráticas. Eu queria que o
206 João Paulo expusesse esse problema antes de eu continuar.” João Paulo Mello
207 Rodrigues Sarmiento, diretor-geral do IEF: “Não é que a Seplag mandou recolher
208 54 veículos, é que o contrato de locação venceu, não só do IEF, mas de todo o
209 Sistemas. Venceu o contrato de locação dos veículos, e nós tentamos uma forma

210 de fazer prorrogação desse contrato. Mas essa prorrogação seria por um ano, e
211 não teria. Mas o outro já está firmado, e nós já estamos solicitando os veículos, e
212 em breve estarão chegando. Nós estamos buscando junto à Seplag, junto ao
213 governo, para reduzir esse prazo de falta de veículos. Então é uma substituição de
214 contratos. Esse contrato não podia ser mais renovado, e não teria como fazer
215 renovação por um período pequeno. O outro contrato já está assinado, e já tem
216 veículos, inclusive, sendo substituído.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Mas por
217 que não foram tomadas as providências antes que o contrato vencesse e que
218 tivesse que retirar os veículos?” João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, diretor-
219 geral do IEF: “As providências foram tomadas tanto que o outro contrato já está
220 assinado. Só que tem o prazo de aquisição de veículo, tem toda uma situação que
221 a própria empresa tem que fazer.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Seguramente,
222 nós sabemos que demora, mas se começasse haveria tempo suficiente para que
223 não houvesse nenhum intervalo nesse sentido de tirar os veículos. Uma semana,
224 dois dias, isso pode significar uma catástrofe ambiental, e você sabe disso melhor
225 do que eu. Nós estamos no auge, infelizmente, dos incêndios. As caminhonetes
226 4x4 são fundamentais. Os nossos parques estão em áreas com topografia
227 extremamente íngreme, e brigadista tem que carregar soprador, bomba costal,
228 foice, chicote, e andar 3 horas para chegar ao fogo. As caminhonetes são
229 fundamentais para se chegar mais perto, e para retirar brigadista que pode ter se
230 acidentado. Então não pode ter nem um dia de intervalo. E aí você diz que já está
231 sendo resolvido. Qual é o prazo? Amanhã, hoje à tarde?” João Paulo Mello
232 Rodrigues Sarmiento, diretor-geral do IEF: “Eu concordo com você que não pode
233 ter um dia, tanto que hoje está aí a articulação de todos os órgãos da SEMAD, e
234 onde estiver faltando nós vamos fazer essa interação. Estão vindo todos os
235 veículos, eles estão sendo trazidos. Eu acredito que alguns já estejam disponíveis,
236 e nós vamos fazer a substituição. Para IEF, SEMAD, IGAM e FEAM, nós estamos
237 vendo onde é necessário nesse período crítico, junto com Previncêndio e junto
238 com as unidades de conservação. Nós estamos articulando onde tem necessidade
239 e fazemos remanejamento para cobrir esse período de vacância desses veículos,
240 nesse período de falta. O tempo todo na SEMAD e no IEF nós estamos buscando
241 isso, aonde vamos poder fazer essa substituição. É um fato preocupante, sim, um
242 fato que não estava só na nossa governança, e nós vimos tentando, tanto que o
243 prazo mínimo de mudança de contrato, os prazos legais da própria licitação, do
244 novo contrato, a disponibilidade de veículos, que não são só 50 veículos. Inclusive,
245 nós conseguimos, numa negociação junto à Seplag, aumentar. Do que nós
246 estávamos solicitando de 80 veículos, nós conseguimos 160 veículos. Então isso
247 tudo nós vimos trabalhando para justamente ter. É preocupante, sim, estamos
248 preocupados, e na SEMAD e no IEF nós estamos extremamente articulados para
249 ver aonde for essa demanda mais urgente, e fazemos essa substituição de
250 veículos.” Marília Carvalho de Melo, subsecretária de Fiscalização Ambiental: “Só
251 complementando, porque a questão impacta diretamente no Previncêndio.
252 Infelizmente, contrato em administração pública é um pouco diferente de contrato

253 em administração privada. Aí o João Paulo começou a abordar isso. Tem
254 questões de licitação, todo o processo administrativo, jurídico, burocrático, que em
255 alguns momentos nós somos surpreendidos com algumas informações
256 complementares do parecer jurídico, coisa que antes, em outros momentos, com a
257 mesma contratação, não houve. Então isso infelizmente não conseguimos prever.
258 A área meio da SEMAD é uma área que atende todas as Casas (IGAM, FEAM,
259 IEF e SEMAD), e há uma sobrecarga em função disso também. Até por isso, a
260 nova lei devolve as competências administrativa para a Casa, para tentarmos
261 agilizar as soluções dos problemas administrativos. Mas como o João Paulo já
262 disse nós estamos trabalhando internamente para realocar e fazer algumas
263 priorizações nesse período, e a prioridade, obviamente, é o Previncêndio, porque
264 nós estamos em pleno período crítico. Inclusive, ontem, a Mundo Mineração
265 pegou fogo. Então nós tivemos que deslocar toda nossa equipe ontem à noite para
266 lá, porque a Mundo Mineração é uma barragem que hoje está sob tutela do
267 Estado, em função de uma decisão liminar judicial. E ontem à noite ela estava
268 pegando fogo, e nós fomos todos mobilizados para esse assunto. Então está
269 sendo tratado como prioridade o Previncêndio, e, em função disso, nós estamos
270 tendo que priorizar algumas ações de fiscalizações outras ou outras atividades do
271 Sisema.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu acho que previsão de prazo é
272 fundamental. Você deixou claro que a governança não é da SEMAD, mas da
273 Seplag, provavelmente. É isso mesmo? A governança desse assunto, as decisões
274 sobre esse assunto, a responsabilidade é do IEF de não ter permitido que o
275 contrato se esgotasse?” João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, diretor-geral do
276 IEF: “Não é que não se permitiu, mas são os procedimentos que são necessários.
277 Nós estamos fazendo procedimento há muito tempo. Tem o processo. Eu não
278 posso pegar o carro de outra locadora e colocar lá, isso é dano ao erário. Tem
279 várias situações que precisamos respeitar. O que nós estamos fazendo? Dentro
280 das situações emergenciais, o que se faz? O Previncêndio e o IEF priorizam
281 atividade que tem que ser feita para que não tenha esse problema. Então nós
282 vimos trabalhando, sim, são prioridades que vimos adotando. Agora, existem
283 problemas, como a Marília bem falou aqui, problemas de contratos, de questões
284 burocráticas do Estado, e tem os procedimentos. Não adianta chegar amanhã e
285 dizer ‘eu quero alugar 300 veículos’. Mesmo se a sua empresa fizer isso, a
286 locadora não tem. Então hoje a empresa mudou de locadora, a nova locadora já
287 está disponibilizando os veículos, conforme liberação da fábrica. Isso tudo foi
288 pensado. Só que agora eu tenho que recolher, porque senão paga multa. Para
289 não recolher tudo de uma vez, para não deixar desacobertadas as áreas
290 prioritárias, faz-se essa articulação IEF e SEMAD para que possamos fazer o
291 remanejamento dos veículos e atender as demandas urgentes de que nós
292 precisamos. É preocupação zero de todos nós do Sisema o incêndio, não
293 podemos deixar desacobertados segundo nenhum. Agora, essas questões
294 burocráticas da estrutura do Estado nós priorizamos dentro das condições que nós
295 temos. Vamos priorizar os veículos, vamos priorizar aonde há aquela demanda

296 inicial.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Doutor Felipe, considerando o risco que
297 corre a unidade de conservação, eu consulto se seria pertinente solicitar ao
298 Ministério Público uma recomendação ao IEF, à SEMAD, à Seplog, a quem quer
299 que seja decidido que seja imediatamente repostos os veículos? Seria pertinente?”
300 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Em primeiro lugar, eu tenho que concordar
301 com a Dalce especialmente no que se refere à preocupação que nós temos
302 quanto à salvaguarda da nossa unidade de conservação. O período crítico de
303 incêndio está aí, e eu acho que a SEMAD sabe muito bem dos desafios. E é
304 sempre uma dificuldade conciliar as estruturas – a infraestrutura nem sempre é a
305 ideal – com as demandas sempre vultosas que aportam, de forma inesperada,
306 muitas vezes simultâneas. Então de fato uma situação adequada para enfrentar
307 esse período crítico é essencial para que não tenha danos significativos às
308 unidades. No ano passado, especialmente, nós tivemos prejuízos ambientais
309 severos às unidades de conservação, então eu acho que a preocupação da Dalce
310 é mais do que legítima, é prioritária. E eu tenho certeza de que deve ser assim
311 encarada também pela SEMAD. Eu vou levar essa questão, internamente, para o
312 Ministério Público até para que nós possamos oficializar algumas informações
313 junto ao IEF quanto ao cenário efetivo, prazos. Eu acho que uma coisa que a
314 Dalce colocou aqui e que é essencial é que nós temos que ter previsões concretas
315 de prazos, termos um cronograma seguro de quando as unidades estarão
316 acobertadas, quando as prioridades serão plenamente atendidas, seja no que se
317 refere ao Previncêndio, seja no que se refere à própria gestão das unidades
318 propriamente dita. Então nós precisamos primeiro ter isso documentado. Eu tenho
319 certeza que o próprio João Paulo precisa consultar os dados antes de se
320 posicionar quanto a esses cronogramas, mas é isso realmente é essencial. Eu
321 tenho certeza de que você concorda, João Paulo, nós sabemos da preocupação
322 que você tem para com as nossas unidades, e nós temos feito até um trabalho,
323 digamos, conjunto nesse tocante. Então a partir dessas informações eu acho que
324 fica mais confortável para o Ministério Público até mesmo verificar quais
325 providências são necessárias. Porque, de fato, isso aí o IEF sabe muito bem, o
326 Ministério Público não se furta, se necessário for, a acionar o IEF, seja
327 judicialmente, seja não judicialmente, para que tenhamos uma estruturação
328 adequada dessas unidades de conservação. Tem sido uma pauta quase que
329 prioritária do Ministério Público – vocês sabem muito bem disso – a estruturação
330 adequada das unidades, em especial aquelas de proteção integral. Estamos
331 atuando também agora com enfoque nas de uso sustentável. Então a estruturação
332 adequada, inclusive com veículos, é absolutamente prioritária para que isso possa
333 ser feito. Então, Dalce, o Ministério Público primeiro vai solicitar, e até peço ao
334 João Paulo, se possível for, que já comece a priorizar a compilação dessas
335 informações, em especial ao que se refere a cronogramas objetivos de quando
336 essas prioridades serão plenamente atendidas, para percebermos se é necessária
337 ou não a adoção de alguma medida um pouco mais formal nesse ponto.”
338 Presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira: “Indubitavelmente, a nossa

339 preocupação com as unidades de conservação é grande. O novo contrato foi
340 planejado antes de vencimento do contrato anterior. Isso é óbvio para qualquer um
341 que pegasse a gestão. Só que na gestão de uma contratação às vezes existem
342 prazos que não conseguimos controlar. São prazos estabelecidos na lei, pode ter
343 um recurso contra a habilitação etc. Aconteceu um gap. A empresa tem que
344 patrimonializar os carros antes de entrarem para ficar alocados. O que nós
345 estamos tentando é a liberação imediata dos carros da nova, inclusive, porque
346 esses carros vão trazer melhorias para a gestão. Então nós temos uma otimização
347 de ganhos, os carros têm ar-condicionado, têm mais segurança. Então para os
348 setores é uma melhor contratação. Agora, isso tudo não aconteceria,
349 efetivamente, se nós tivéssemos uma frota própria adequada que eu pudesse
350 remanejar para atender nessas eventuais ocasiões. A nossa frota, como você bem
351 conhece, é uma frota arcaica, antiga e que justificou, inclusive, esse contrato de
352 locação para tentar atender. Inclusive, em razão do movimento grevista dos
353 servidores e da decisão judicial que nós tivemos, nós abrimos dois flancos de
354 atuação. Foram feitos dois grupos de trabalho por determinação do
355 desembargador. Um deles foi para fazer um projeto de lei para a nova carreira dos
356 servidores do Sisema. Inclusive, hoje pela manhã estava em audiência pública na
357 Assembleia, como proposta da deputada Marília Campos. O outro grupo de
358 trabalho, que é o Grupo de Trabalho Estrutura, foi proposto e acordado com a
359 categoria de servidores justamente para nós termos um diagnóstico mais preciso.
360 Porque sempre se fala que precisa-se, mas nunca se sabe o quantitativo exato. E
361 com um olhar regional. Por isso é da nova Subsecretaria de Política Regional.
362 Então para cada Regional está sendo identificado, e o relatório deve ficar
363 concluído na semana que vem, e podemos apresentar na próxima reunião do
364 COPAM. Esse relatório vai trazer exatamente o que eu preciso em cada Regional,
365 do ponto de vista da sede, de móveis, de iluminação, de estrutura, de carros de
366 diárias etc. Com base nisso, nós temos três situações possíveis. Uma delas é
367 justificar novas contratações. Com o cenário que nós estamos vivendo, é uma
368 solução um pouco difícil. A segunda solução é propor – e aí eu conto com o apoio
369 muito do Ministério Público – aos promotores de bacia em cada região que
370 alavanquem esse diagnóstico de carência de estrutura nos seus termos de
371 ajustamento de conduta, nas discussões que eles já têm nas suas Regionais. A
372 segunda delas, também aberta e manifesta tanto pelo presidente da Fiemg quanto
373 pelo presidente da AMS, é que os próprios sindicatos representativos de setores
374 nos ajudem a estruturar um órgão que preste serviço para eles como para toda a
375 sociedade. Então o que nós estamos mais pedindo aqui é ajuda para que
376 possamos estruturar. Só que eu não poderia, desde o início da minha gestão, há
377 90 dias, começar a solicitar sendo que eu não tinha segurança do que pedir. Então
378 com essa conclusão eu faço questão de apresentar para vocês, que vai nos dar
379 uma tranquilidade, inclusive, de oficiá-los para que também nos ajudem dentro das
380 respectivas competências.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Continuando esse
381 assunto, nós tivemos conhecimento, um pouco antes de vir para cá, de um

382 comunicado dos funcionários que prestam serviços ao Parque Estadual do Rola
383 Moça comunicando estado de greve e que, no prazo legal de 24 horas, poderão
384 realmente entrar em greve geral, 'devido aos constantes atrasos de salários por
385 parte das empresas'. Pelo menos pelo que chega até nós, o Parque do Rola Moça
386 é um dos parques mais atingidos por incêndios florestais, devido, infelizmente, à
387 proximidade com a área urbana. Na semana passada, foram quatro dias de
388 combate, com utilização de aeronave, inclusive, para conter o incêndio na zona de
389 amortecimento, que queimou mil hectares na área proposta para criar o
390 monumento natural limítrofe ao parque. Então é realmente é uma notícia
391 preocupante. Apesar dos voluntários do Previncêndio, esses funcionários são
392 fundamentais. Eu também queria entender que comunicado é esse." João Paulo
393 Mello Rodrigues Sarmiento, diretor-geral do IEF: "Eu também não sei que
394 comunicado é esse. Os que estão lá são guarda-parques. Tem os brigadistas e os
395 guarda-parques, que podem dar apoio. Inclusive, não são contratados para isso,
396 não têm seguro para isso, e isso poderia trazer algum problema. Nesta semana,
397 inclusive, eu estava fazendo todo o levantamento desse contrato para saber qual
398 problema está tendo. Chegou a reclamação, e eu quero saber qual problema está
399 tendo. O Estado não está atrasado; atrasou, neste mês, dez dias. Eu já agendei
400 uma reunião com toda a empresa para saber o que está acontecendo. Então nós
401 temos acompanhado, e eles não são brigadistas; são guarda-parques. Então nós
402 estamos preocupados, sim, e algumas regiões estão tendo mais problemas do que
403 outras. Nós temos duas empresas contratadas que mexem com isso, a Verso e a
404 Cristal, e em cima disso nós estamos observando. Nesta semana, nós
405 começamos a verificar algumas insatisfações com relação a atrasos de
406 pagamentos. Eu fui verificar qual era o atraso nosso, qual era a responsabilidade
407 nossa, e nós estamos praticamente em dia. Apesar de toda a crise, apesar de
408 termos mudado a fonte de pagamento dessas empresas, o Estado continua
409 honrando, apesar de toda a situação financeira. Nós temos observado e já
410 chamamos os responsáveis pela empresa para nos reunirmos para ver o que está
411 acontecendo para realmente dirimir esse ruído que está tendo." Conselheira Maria
412 Dalce Ricas: "Eu fiquei sabendo que o Estado deve R\$ 526 mil à Verso." João
413 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, diretor-geral do IEF: "O que eu sei é o seguinte:
414 houve dez dias de atraso neste mês. Inclusive, pode dever até 90 dias, que está
415 no contrato. Ela tem que ter condições financeiras para ficar até 90 dias sem
416 receber. Isso está no contrato. Se está devendo R\$ 500 mil, e o contrato é de R\$ 3
417 milhões, está devendo pouco, e não completaram os 90 dias. Isso é questão de
418 contrato. Quando entrou na licitação, ela teria que ter recurso financeiro para ficar
419 três meses sem receber; e ela não está ficando três meses sem receber."
420 Conselheira Maria Dalce Ricas: "Nós nos referimos a esse comunicado e nem
421 tivemos tempo de olhar, por isso estou lhe perguntando. E ainda referente às
422 unidades de conservação eu queria saber do IEF quais parques ainda não têm
423 sopradores. A notícia é que os sopradores que seriam comprados pelo Promata,
424 para serem entregues às unidades de conservação, não teriam sido comprados

425 até hoje.” João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, diretor-geral do IEF: “Nós
426 estamos aqui para esclarecer as dúvidas, justamente, para evitar esses ruídos.
427 São informações para que todos nós aqui do Sisema estejamos articulados, para
428 que possamos estruturar e dar bom andamento às Casas como um todo,
429 pensando na estruturação do Sisema. Com relação a isso, nós vimos fazendo, e a
430 nossa função é esclarecer para vocês. Com relação à questão dos sopradores, eu
431 vou passar para a Marília, porque ainda o Previncêndio está lá e é bom que ela
432 faça os esclarecimentos. Mas podem ter certeza de que os processos estão sendo
433 efetivados e que nós temos buscado, junto com o Promata, fazer toda a
434 estruturação dentro do Previncêndio e das unidades.” Marília Carvalho de Melo,
435 subsecretária de Fiscalização Ambiental: “Eu não sei falar exatamente o que foi
436 distribuído e quanto tem em cada unidade de conservação. Eu vou levantar essa
437 informação com o Rodrigo Belo e passo ainda hoje por e-mail. Eu sei que foi
438 distribuída uma parte, e, inclusive, o Rodrigo deu alguns cursos sobre a utilização
439 de soprador.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “O soprador é um equipamento
440 essencial no combate ao fogo. Um soprador vale por cinco brigadistas. É um
441 equipamento superbarato, custa em torno de R\$ 2.000, e a notícia que nós temos
442 é que diversas unidades de conservação não têm esse equipamento ainda. Pelo
443 que eu vejo, vai acabar a temporada de fogo, e o Promata não comprou os
444 sopradores. O segundo assunto é que eu queria contar para vocês a situação em
445 que nós estamos. Aquele caso nos limites dos municípios de Bonito de Minas e
446 Chapada Gaúcha. O município de Chapada Gaúcha tem esse nome porque a
447 população era composta, principalmente, por gaúchos. Aquela turma que causou
448 deserto no Rio Grande do Sul e trouxe a tecnologia de causar deserto aqui em
449 Minas Gerais. Nos limites dos dois municípios, desde o final de 2014, está
450 havendo um desmatamento que até agora já atingiu 18 mil hectares,
451 simplesmente 4,5 vezes o Parque Estadual do Rola Moça, mais de duas vezes
452 maior que o Parque Estadual do Itacolomi, e a metade do Parque Estadual do Rio
453 Doce. Segundo relatório que nós recebemos da SEMAD, da Subsecretaria de
454 Fiscalização, diversas fiscalizações foram feitas, mas a equipe vira as costas, e
455 eles continuam o desmatamento. Conversando com pessoas dentro do próprio
456 IEF, da região, me contaram que o nível de cinismo é tão grande que eles
457 disseram a alguns técnicos do IEF que qualquer multa que seja aplicada será
458 infinitamente menor que o lucro que eles terão com a utilização do solo. E
459 disseram ainda, inclusive, que a proposta é de desmatar 50 mil hectares. E, pior,
460 atrás disso tem uma empresa chamada Fazendas Viena Reunidas, que nós já
461 conhecemos e que foi responsável pelo desmatamento de 6.000 hectares, de
462 2009 a 2011, na região do Jequitinhonha, em Ponto dos Volantes. O Ministério
463 Público entrou com uma ação. Derrubaram 6.000 hectares para plantar eucalipto.
464 Resultou num processo, que o Ministério Público ganhou. Essa Fazendas Viena
465 Reunidas, segundo a SEMAD, foi apurado que seria a proprietária e que estaria
466 usando laranjas para realizar o desmatamento. A SEMAD teria apurado que eles
467 estão por trás disso. Vejam isso, 18 mil hectares, nas cabeceiras dos rios Pardo,

468 Pandeiro e Cochá, que são afluentes do São Francisco. Onde está a proteção da
469 água se estão desmatando as cabeceiras desses grandes rios? A ideia depois que
470 passar o trator é jogar semente de capim e comer o processo de desertificação do
471 solo e entupimento da área de recarga das nascentes desses rios. O secretário
472 falou que às vezes fica desanimado, mas desanimados ficamos nós com uma
473 notícia dessa, da incapacidade do Estado de paralisar isso. Uma pessoa do
474 Conselho Consultivo da Amda falou que tem uma pecinha do trator que é fácil de
475 tirar e que o trator pode ser impedido de funcionar. É de pendurar a chuteira ter
476 que engolir o abuso da lei, o abuso da autoridade e o cinismo desse pessoal.”
477 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Nós tivemos notícia, pela Amda, na CPB, de
478 um possível desmate. No momento, foi informada uma área até superior a 18 mil
479 hectares. O caso da Viena Fazendas Reunidas eu conheço bem, até porque fui o
480 promotor que atuou no combate, no ajuizamento das ações e, posteriormente, na
481 formalização do termo de compromisso, que redundou na recuperação das áreas,
482 criação de unidades de conservação, enfim, de todo um contexto. Essa questão
483 eu até dialoguei com o colega que é o coordenador da área correspondente do
484 Noroeste. Eu conheço bem o Noroeste também porque fui promotor lá. No que se
485 refere à temática de ser vantajoso financeiramente o desmate frente as multas,
486 eventualmente, impostas pela SEMAD, eu não adentro, não é essa a minha
487 atuação, mas o que eu posso falar é que, no âmbito do Ministério Público a
488 atuação é próxima daquilo que foi feito no primeiro caso da Viena Fazendas
489 Reunidas Ltda. Na verdade, não era desmate propriamente dito simples, mas, sim,
490 uma supressão de vegetação que, no entendimento do Ministério Público, era
491 caracterizada como estágio médio ou avançado de regeneração de Mata Atlântica
492 para substituição por eucalipto. Então o nosso questionamento era até mesmo no
493 que se refere à validade dos documentos de regularização ambiental expedidos
494 pelo Estado. Mas ainda no tocante a essa questão de ser vantajoso
495 financeiramente o desmate frente aos valores de multa, a atuação do Ministério
496 Público quando tem em mãos os autos de infração advindos seja da polícia, seja
497 da Subsecretaria de Fiscalização, é a exigência da retirada de todo o plantio
498 inserido no local para recuperação integral da área. Especificamente no caso da
499 Viena, foi feito até mesmo pedido de repetição do lucro ilícito. Ainda está no
500 processo de execução do Prad. Todo o lucro que foi constatado que foi auferido
501 pela empresa que fosse revertido para o meio ambiente evitando assim esse
502 benefício da má-fé do eventual infrator. Para além disso, eu acho que é importante
503 sempre ressaltar que é absolutamente necessária essa conjunção de forças, para
504 que tenhamos uma repressão tanto nas esferas cível de recuperação
505 propriamente dita e administrativa, muito mais no tocante à Secretaria de Meio
506 Ambiente, e também criminal. Para que nós possamos ter um desestímulo efetivo,
507 uma prevenção geral, ou seja, que os demais potenciais infratores percebam o
508 quão desfavorável é ou o quanto desfavorável deveria ser a supressão de
509 vegetação em contrariedade com a legislação.” Marília Carvalho de Melo,
510 subsecretária de Fiscalização Ambiental: “Dalce, a sua angústia é a nossa mesma.

511 Essa questão de desmatamento, logo quando eu retornei à Subsecretaria de
512 Fiscalização, em maio deste ano, nós fomos de novo primeiro lugar em
513 desmatamento de Mata Atlântica no Brasil. E logo depois que o João Paulo
514 chegou ao IEF o Germano chamou uma reunião com nós dois. Nós nunca
515 fiscalizamos tanto desmatamento, nunca embargamos tanta área como no ano
516 passado. E nós também nos perguntamos. E Aí? Nós estamos chegando ao limite
517 da nossa capacidade operacional de campo. Por isso que, desde essa reunião
518 entre o Germano, o João Paulo e eu, nós estamos estudando, junto com o IEF,
519 uma reestruturação do monitoramento da cobertura vegetal, porque não adianta só
520 ter uma atuação fiscal de campo, que quando vira as costas realmente nós
521 sabemos que retorna tudo. Se não avançarmos efetivamente e garantir a
522 manutenção de instrumentos tecnológicos de fiscalização, nós não vamos para
523 frente. E aí nós estamos trabalhando nisso profundamente, estudando,
524 reavaliando todo o plano de desmatamento que foi instituído por decreto, para
525 relançá-lo em outras bases. Está sendo feito na parte de fiscalização pela minha
526 equipe, na parte mais de fomento florestal, com o João Paulo, em articulação com
527 o Anderson também, porque a regularização é parte integrante. Porque no ano
528 passado nós não só fiscalizamos mais do que em todo o tempo como a
529 regularização deu menos autorização do que em todos os tempos. Então nós não
530 conseguimos entender. O João Paulo mandou uma equipe em campo, e nós não
531 conseguimos entender. A autorização foi ínfima no ano passado. Então só para
532 dizer que nós estamos trabalhando nisso. Até prometemos ao Germano que
533 iríamos apresentar até esta semana, e pretendemos ainda arrumar um horário na
534 agenda. Então nós vamos resolver isso e lançar um novo plano de desmate. Aí já
535 foi até diretora do Germano nessa nova reestruturação. Nós vamos criar dois
536 núcleos de combate a desmatamento: um no Norte de Minas e um em Valadares,
537 que vai pegar toda a parte ali de Valadares, Teófilo Otoni, aquela região que
538 sabemos que é uma área de expansão. Nós vamos estruturar esse núcleo e
539 relançar o plano de combate ao desmatamento.” Conselheira Maria Teresa Viana
540 de Freitas Corujo: “Eu queria só trazer aqui uma questão, pena que o secretário
541 precisou. Então eu peço ao Germano que leve a ele. Nós estamos em meio ao
542 processo eletivo da representação da sociedade civil nas instâncias do COPAM,
543 após as grandes alterações que foram feitas pela Lei 21.972. Uma lei que foi
544 resultado do Projeto de Lei 2.946, que a maioria sabe que foi uma tratoragem
545 mesmo e que não foi retirado o regime de urgência pelo governador Pimentel,
546 mesmo depois do rompimento da barragem de Fundão. E nós estamos com vários
547 atos pós essa lei. Então nós estamos nesse processo eletivo. Considerando que
548 nesse novo formato as decisões de empreendimentos classificados como 5 e 6
549 vão ser nas Câmaras Técnicas Especializadas – isso vai acontecer aqui na região
550 metropolitana de Belo Horizonte –, eu gostaria, junto com as entidades que estão
551 articuladas nessa questão ambiental, de saber se o Estado está assumindo o
552 compromisso do deslocamento das despesas, como é feito no Conselho Estadual
553 de Recursos Hídricos. Para os conselheiros que estão representando setores que

554 não têm o acervo da sua corporação ou federação para bancar o deslocamento,
555 se o Estado está assumindo isso para garantir a participação das representações
556 da sociedade civil. Todos sabem que, se formos olhar, são possivelmente os
557 únicos que atuam nessas instâncias sem ser partindo de um trabalho ou tendo
558 isso parte da sua representatividade. Então é uma pergunta, e nós vamos querer
559 uma resposta se o Estado está assumindo esse compromisso. Isso envolve
560 deslocamento, hospedagem, se for necessário para estar aqui na reunião de
561 manhã, por exemplo, de quem vem lá do Norte de Minas ou do Sul; alimentação e
562 o que for necessário. Porque nós sabemos, ao olhar esse formato, que a
563 participação da sociedade foi amplamente diminuída, muito gravemente diminuída.
564 Se além disso nas Câmaras Técnicas Especializadas, que vão decidir sobre esses
565 licenciamentos, também não houver uma possibilidade de participação, mesmo
566 que seja uma cadeira, e cada Câmara Técnica Especializada, está se infringindo
567 totalmente o princípio da participação, como diz da Constituição, Artigo 225, que
568 compete ao Estado e à coletividade. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos
569 está funcionando. Então os conselheiros que vêm de todas as regiões de Minas
570 têm a condição de participar. Então a nossa demanda é: o Estado está assumindo
571 o compromisso com essa nova estrutura de arcar com o custo da participação
572 desses representantes que vierem de outros lugares?” Vânia Mara de Souza
573 Sarmiento, diretora de Coordenação e Apoio às Unidades Colegiadas: “O decreto
574 que permite o pagamento de diária ao conselheiro do CERH é o mesmo que
575 permite ao conselheiro COPAM também. Existia uma vedação na Deliberação
576 Normativa 177, que é o Regimento Interno, que trazia esse impedimento, que já foi
577 corrigido também pelo Plenário do COPAM; não existe mais esse impedimento.
578 Mas eu só queria deixar claro que todo pagamento é feito mediante disponibilidade
579 financeira do Estado. Então nós pagamos do CERH porque temos disponibilidade
580 financeira hoje, e pagamos do COPAM também, com despesa de deslocamento
581 ou despesa de diária, se o conselheiro fizer, em tempo hábil, a solicitação. E só
582 deixamos claro isso, como deixamos para os conselheiros do CERH: tem que
583 haver disponibilidade orçamentária no Estado.” Conselheiro Eduardo Antônio
584 Arantes do Nascimento: “Na semana passada, nós da Fetaemg encaminhamos
585 um ofício ao secretário Jairo com relação ao programa Bolsa Verde. Porque
586 depois de três anos e meio de paralisia, finalmente, o IEF convocou uma reunião
587 do Conselho Gestor, do qual a Faemg também faz parte, e a Amda. Qual é a
588 situação? Estão incluídos no programa 3.000 agricultores em função dos editais
589 de 2010 e de 2011. Depois não teve mais edital. E a dívida do governo com os
590 agricultores é de R\$ 61 milhões. Estão empenhados, desde fevereiro, R\$ 24
591 milhões. Quer dizer, o IEF empenhou para que a Secretaria da Fazenda faça o
592 pagamento. Eu queria, portanto, reforçar junto ao senhor. O que nós estamos
593 propondo é um entendimento do IEF e da SEMAD com a Secretaria da Fazenda e
594 a Seplag, para que cumpra a obrigação contratual. Porque está colocando em
595 risco a credibilidade e a continuidade do programa. A outra questão é que nós
596 participamos – Fetaemg, Faemg, Amda e outras entidades – da elaboração da

597 proposta de Projeto de Lei de Pagamento por Serviços Ambientais. A proposta
598 ficou pronta, parece que está com a Procuradoria do IEF, e me parece que o
599 tempo em que está com a Procuradoria do IEF é maior do que gastamos para
600 elaborar a proposta. E tem que encaminhar para a Casa Civil, depois para o
601 governador, para ele encaminhar para a Assembleia. Nós queríamos que se
602 agilizasse, porque é preciso que chegue à Assembleia até o mês de outubro,
603 porque, certamente, o projeto será aprovado. Há um consenso na Assembleia da
604 importância. Mas precisa aprovar neste ano em função de previsão orçamentária.
605 Se não for aprovado neste ano, não se poderá prever recursos para o ano que
606 vem. Então seriam essas duas demandas. E eu queria pedir: nós encaminhamos
607 por ofício, que seja qual a resposta, que respondam, por favor. Para nós vermos o
608 caminho a tomar. Mas na questão do Bolsa Verde, eu vou reafirmar, foram
609 firmados contratos. Por último, eu não vou me furtar a me solidarizar com a
610 manifestação da Maria Dalce. Ela é persistente. A Maria Dalce não é otimista nem
611 pessimista, é persistente. Agora, eu vou ser claro. Com todo o respeito, doutor
612 Felipe, a manifestação do senhor não vai levar a lugar nenhum. Inclusive, por falta
613 de recurso, a discussão está sendo rebaixada. Aí agora está se discutindo aqui
614 carro, se tem gasolina para andar etc., e a discussão da regularização fundiária
615 das unidades de conservação foi para o ralo; e essa é a discussão relevante.
616 Porque a SEMAD e o IF não vão conseguir fazer gestão de unidades de
617 conservação sem regularização fundiária e sem plano de manejo. É exigir
618 questões que estão fora da governabilidade suas e de qualquer um. Hoje, ótimo, o
619 João Paulo é diretor do IEF, é uma pessoa da maior competência. Agora, podem
620 colocar outro, se tiver outro melhor, mas vai ficar do mesmo tamanho. Pode
621 colocar um pior, e vai ficar do mesmo tamanho. Porque se não resolver isso da
622 regularização fundiária e do plano de manejo, e de recursos... Aí eu chego aonde
623 eu queria chegar. Então, secretário, eu queria propor o seguinte. O governo tem
624 que encaminhar o orçamento do Estado até o dia 30 de setembro, pelo que eu sei.
625 Convoquem uma reunião extraordinária antes e apresentem a proposta de
626 orçamento da SEMAD, do Sisema, para o próximo ano. Porque a SEMAD é a
627 secretaria que mais arrecada em Minas, depois da Secretaria da Fazenda, só que
628 recebe uma verba irrisória para investimento. O custeio é fixo. Então se nós não
629 discutirmos a questão relevante da regularização fundiária, do plano de manejo e
630 dos recursos disponíveis para o Sisema, a discussão no ano que vem será a
631 mesma, a Maria Dalce terá a mesma persistência, mas nada mudará. O Ministério
632 Público pode ajuizar o que quiser, só que não tem recurso. Então eu queria propor
633 uma reunião extraordinária para discutirmos, para pelo menos tomarmos
634 conhecimento da proposta do orçamento, para, na Assembleia Legislativa,
635 tentarmos melhorar a dotação que será feita. Eu não vou falar nem antes de PEC
636 ou o que for, porque já está pegando fogo. Agora, sem recursos, eu não me sinto
637 à vontade de cobrar deles. Somente dos técnicos, que se desdobram. E para
638 encerrar, secretário, o pagamento do Bolsa Verde tem que ser feito.” Presidente
639 suplente Germano Luis Gomes Vieira: “Vamos deixar registrada em ata a questão

640 do Bolsa Verde. Quanto à questão do pagamento por serviços ambientais, eu não
641 conheço a proposta, mas já manifesto, conceitualmente, favorável a isso, porque
642 entendo, desde o início, que é uma medida que assegura para nós uma alteração
643 da lógica do poluidor/pagador para o protetor/recebedor. Quem protege também
644 tem o direito de receber. Então conceitualmente eu me manifesto favorável. E nós
645 vamos trabalhar nessa minuta para tentar encaminhar, o mais rápido possível, via
646 Casa Civil, para a Assembleia. No que diz respeito ao orçamento, nós estamos,
647 exatamente neste momento, em discussão com a Secretaria de Planejamento
648 sobre o nosso planejamento orçamentário que vai valer para o ano de 2017,
649 encaminhado à Assembleia. Não conseguimos ainda ter um cenário de marcação
650 com o Conselho ou encaminhar para vocês a proposta – que vai ser pública, que
651 vai ser encaminhada à Assembleia –, neste momento, porque ainda não temos
652 esse cenário. Eu até questioneei a nossa superintendente de Orçamento e
653 Finanças, Fernanda Roveda, sobre em que pé que anda o nosso planejamento,
654 mas já adianto que mesmo o que nós tínhamos pensado inicialmente não vai ser
655 acatado. Ou seja, o que nós já pensávamos, e ainda já cortando na pele, não vai
656 ser acatado. Então nós estamos trabalhando com um cenário quase que de
657 sobrevivência mesmo, com o aparelho ligado.” Conselheiro Eduardo Antônio
658 Arantes do Nascimento: “Por isso eu propus trazer aqui para discutir. Porque
659 vocês estão repetindo um mesmo equívoco de governos há oito ou dez anos, que
660 é deixar para a Seplag decidir, e eu sei para onde ela decidir. De quem analisa as
661 coisas só na perspectiva de planilha, eu sei que não dá certo. Então tem que
662 trazer aqui para, consultivamente e politicamente, este Conselho, dentro da sua
663 atribuição, que é formular política ambiental, se manifestar. Para isso chegar a
664 Assembleia com uma manifestação deste Conselho. Porque, se chega lá só a
665 manifestação do governo, o deputado, vocês sabem como é. Agora, se tiver um
666 tensionamento político, lá, melhoram a proposta. Então por isso eu estou
667 propondo que tragam aqui. Porque se vocês da SEMAD deixam a discussão só na
668 Seplag e na Secretaria da Fazenda eu tenho certeza de que o meio ambiente vai
669 perder.” Presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu vou levar a sua
670 sugestão para o secretário Jairo e o secretário Helvécio Magalhães.” Conselheiro
671 Felipe Faria de Oliveira: “Eu entendo essa visão talvez pessimista ou realista das
672 repercussões das atuações do Ministério Público. Nós não temos ingenuidade,
673 obviamente. De fato, ajuizamos ações e cobramos do Estado – e não dos técnicos
674 – para que implemente suas obrigações. Então ajuizamos, sim, ações para
675 estruturação de todas as unidades de conservação de proteção integral pedindo,
676 inclusive, a regularização fundiária de todas elas. Nós tivemos boas notícias até,
677 na semana passada, na retrasada, concernente ao parque estadual em Paracatu –
678 uma liminar –, e duas decisões definitivas, na minha Regional, do Rio Preto e do
679 Biribiri, decisões de mérito determinando atualização do plano de manejo,
680 estruturação com veículos, pessoal, enfim, e também regularização fundiária, com
681 cronograma adequado. Tantos nas ações específicas quanto naquela ação global
682 que ajuizamos aqui no Estado, que chegou a ir para o tribunal, o Ministério Público

683 indicou os recursos onde estavam disponíveis para serem utilizados. Em tese,
684 contingenciados. Essa é outra discussão que nós já temos feito de forma muito
685 intensa na CPB. Eu não vou replicar aqui, mas para poder destacar. Na ocasião,
686 até mesmo foi feito um pedido. Nós entendemos a percepção do Estado. Foi visto
687 com muita reserva por parte do Estado o pedido de bloqueio do valor, para que
688 aquele valor fosse bloqueado na conta do Estado, exatamente para garantir que
689 fosse aplicado na prioridade que a legislação determina. Então muito embora
690 entendamos as dificuldades do mundo real, as dificuldades efetivas de
691 regulamentação, o Ministério Público não pode se furtar de exigir, judicialmente, a
692 obrigação que é do próprio poder público. E tem uma coisa que eu acho que vale
693 muito a pena ser dita: não é só falta recurso. Especificamente no que se refere a
694 regularização fundiária, nós temos verbas carimbadas para serem utilizadas para
695 as unidades de conservação, especificamente no que se refere a regularização
696 fundiária. Então eu acho importante registrar aqui um grupo de trabalho que está
697 sendo feito no âmbito da CPB, do qual eu faço parte, a Amda também faz parte, o
698 Carlos Alberto, a Fiemg também. Porque, em realidade, existe o recurso para ser
699 aplicado para regularização fundiária e existem também outros instrumentos,
700 como, por exemplo, compensações. Só que não o são porque os procedimentos
701 administrativos no âmbito do IEF ainda não estão maduros, não estão
702 formalizados. Ou seja, a parte burocrática não foi vencida para que muitas vezes
703 os empreendedores possam fazer regularização fundiária mediante
704 compensações. Então esse grupo de trabalho até foi feito no sentido de priorizar
705 aquelas unidades que podem ter a sua regulação fundiária mediante esses outros
706 instrumentos para que o IEF então consiga organizar, de forma mais focada ou
707 prioritária, aqueles procedimentos que vão possibilitar essa regularização. Então
708 eu estou querendo só trazer aqui outros âmbitos em que o Ministério Público
709 também está tentando atuar de forma a possibilitar essa efetivação. Muito embora
710 eu entendo muitas vezes a frustração que nós percebemos de que não basta uma
711 ação judicial se ela não vai se concretizar em efetivação daquelas políticas. Eu
712 entendo essa angústia, compartilho dela, mas, especificamente no caso da
713 regularização fundiária, nós entendemos que há recursos, sim, e que existe
714 necessidade de uma organização interna, que eu já percebi que o IEF está
715 fazendo, para que consigamos até mesmo fazer uso de outros instrumentos que
716 estão à mão do poder público, para que tenhamos regularização fundiária das
717 unidades, o que é imprescindível. Eu concordo plenamente, não adianta falar em
718 Previncêndio se não regularizar. Nós sabemos que a falta de regularização é que
719 gera, muitas vezes, os incêndios. E concordo plenamente, eu acho que este
720 Plenário tem que participar da formulação das políticas ambientais do Estado. Não
721 basta só ficarmos aqui discutindo. Eu concordo plenamente, eu acho que essa
722 demanda, Germano, se você conseguir sucesso nela, de trazer essa discussão
723 para cá, será essencial para que tenhamos um ganho nessa questão democrática,
724 nessa formação democrática que a conselheira Maria Teresa colocou para nós,
725 que não pode ser formal, tem que ser efetiva e material.” Conselheira Maria Dalce

726 Ricas: “Nesse quadro de penúria que você colocou, no que se refere ao
727 orçamento do ano que vem, que o governo nos desse uma resposta quanto à
728 destinação dos recursos da taxa minerária e da taxa de incêndio. Foi colocado
729 aqui, nós denunciemos, e vocês mesmos apresentaram aqui mostrando que nós
730 temos razão de que os recursos estão sendo, prioritariamente, no caso da taxa de
731 mineração, destinados à Secretaria da Fazenda, para pagar pessoal do Corpo de
732 Bombeiros. Ou seja, há desobediência sistemática por parte do governo no que se
733 refere a essa questão, sem contar o sequestro dos recursos da compensação,
734 feito pelo governo Anastasia e confirmado pelo atual governo. Então nós
735 queremos uma resposta. Nós queremos que o governo diga: ‘Não adianta insistir
736 porque nós não vamos encaminhar os recursos da taxa de mineração e da taxa de
737 incêndio conforme a lei determina’. Eduardo, eu apoio integralmente a sua
738 proposta.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “A respeito da manifestação
739 do Eduardo a respeito do Bolsa Verde, eu espero que você tenha capturado bem a
740 mensagem. Eu apoio integralmente sem precisar repetir essas coisas. E seria um
741 ganho fantástico se nós conseguíssemos, depois de três anos, cumprir o que foi
742 acordado entre os produtores rurais, em defesa do meio ambiente, e o Estado. A
743 respeito de trazer a questão do orçamento para que este COPAM participe, eu
744 apoio integralmente. E acho que, se chegar uma manifestação na Assembleia com
745 o aval do COPAM e até a nossa presença também, pode melhorar muito as
746 coisas. Mas eu estou querendo falar mesmo é da denúncia que a Maria Dalce fez
747 do desmate de 18 mil hectares. A Amda e a Maria Dalce são pessoas da mais alta
748 credibilidade com todos nós que atuamos neste Sistema de Meio Ambiente. A
749 questão tinha sido trazida pelo Francisco Mourão, outra pessoa que todos nós
750 conhecemos, representando a Amda também, na CPB. Eu estou achando
751 inacreditáveis esses fatos que foram narrados. Um desmatamento de 18 mil
752 hectares não é feito da noite para o dia, é preciso de uma alocação de gente,
753 máquina, trator, uma coisa fantástica. Eu não consegui capturar se os caras foram
754 pegos, se teve auto de infração, se teve embargo da área. Então as coisas estão
755 difíceis, mas não podem ser tão difíceis a ponto de se desmatar 18 mil hectares na
756 nossa barba, e nós não ficamos sabendo o que aconteceu. Eu gostaria muito, a
757 Faemg gostaria muito de ter conhecimento. Falar que está fazendo modificação do
758 sistema de fiscalização eu não sei se é isso. Então eu estou perplexo. E gostaria
759 de falar para os conselheiros que nós tentamos localizar, pela imagem de satélite,
760 a região, e vimos, com muita clareza, que se existe alguma atividade ali as
761 pessoas não são associadas da Faemg. Porque quando se fala em desmatamento
762 logo vira-se para o produtor rural. Então eu gostaria de ter uma notícia mais
763 concreta a respeito desse fato acontecido, efetivamente o que foi feito e o que
764 poderá ser feito para parar esse negócio. Porque desmatamento é, possivelmente,
765 uma das piores manifestações contra o meio ambiente que possam existir.”
766 Presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira: “A Marília teve que descer para
767 terminar um trabalho, mas eu peço para ela trazer os esclarecimentos ainda até o
768 final da reunião. Não sei se a Polícia Militar tem algum conhecimento da questão.”

769 Conselheira Nathália Carriere Faria Paulino: “No ano passado, foram
770 desenvolvidas cerca de três operações naquela região, com várias autuações.
771 Neste momento, eu não sei falar o montante total do valor nem o número de
772 autuações, mas podemos levantar esses dados e trazer para os senhores.” João
773 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, diretor-geral do IEF: “Com relação ao Bolsa
774 Verde, é nossa preocupação, sim. Inclusive, nós fizemos a convocação do
775 Conselho, a reconstituição do Conselho. E eu já conversei com a diretora
776 Fernanda que na próxima reunião do Conselho eu quero estar presente para
777 ajustarmos algumas coisas com relação ao Bolsa Verde. Então são coisas que
778 nós estamos trabalhando em uma ação constante para verificar a solução para
779 esse problema. Como você diz, nós temos que dar uma solução, sim ou não, a
780 forma, qual será a forma. Então na próxima reunião do conselho do Bolsa Verde
781 eu vou estar presente para esclarecer os pontos, para ver quais os anseios e
782 mostrar que nós estamos trabalhando em cima disso. Com relação ao PL de
783 serviços ambientais, passou por mim, eu já encaminhei e vou agora estar mais
784 incisivamente atrás do projeto. O IEF como um todo aprovou, fez algumas
785 adequações, mas já passou para o Jurídico, para darmos os encaminhamentos.
786 Então quanto ao Bolsa Verde, na próxima reunião, eu quero estar presente para
787 discutirmos. É um programa extremamente interessante, mas que, por causa
788 dessa questão financeira, teve esses percalços, para os quais nós vamos buscar
789 uma solução ou uma definição do programa. Não adianta também ficar com o
790 programa em aberto, por uma questão legal, se não podemos ofertar, não
791 podemos atender às demandas do próprio produtor.” **4) EXAME DA ATA DA 170ª**
792 **REUNIÃO DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da 170ª reunião do
793 Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 15 de junho de
794 2016, com abstenções dos conselheiros representantes da Procuradoria-Geral de
795 Justiça, da Secretaria de Estado de Governo e da Secretaria de Estado de
796 Desenvolvimento Agrário. **5) SITUAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO**
797 **EMPREENDIMENTO DA ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL**
798 **S/A., CONSIDERANDO A EFETIVAÇÃO DE PARCERIA DA EMPRESA COM A**
799 **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEE) PARA CAPACITAÇÃO**
800 **DIRECIONADA A ESCOLAS SITUADAS NOS MUNICÍPIOS DE ALVORADA DE**
801 **MINAS, CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO E DOM JOAQUIM/MG.**
802 **Apresentação: Supram Jequitinhonha.** Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico
803 da Supram Jequitinhonha, apresentou informações sobre as ações desenvolvidas
804 pela Anglo American S/A que comprovam a execução de capacitação dentro do
805 subprograma de reestruturação dos impactos causados pela pressão de
806 crescimento da população sobre as escolas nos três municípios da Área de
807 Influência Direta do empreendimento (AID). Após discussões nesta sessão, a
808 Presidência acatou proposta do conselheiro Kleber Gesteira Matos, da Secretaria
809 de Estado de Educação, nos seguintes termos: – A Secretaria de Estado de
810 Educação (SEE) deverá realizar uma avaliação da situação das escolas situadas
811 nos três municípios da Área de Influência Direta do empreendimento e propor uma

812 política de educação ambiental para essas áreas específicas, se comprometendo,
813 inclusive, a fazer uma interação e buscar soluções conjunta com os municípios
814 envolvendo também as escolas municipais. O presidente Germano Luis Gomes
815 Vieira recomendou ao conselheiro representante da SEE que as ações realizadas
816 sejam reportadas ao Plenário do COPAM nas próximas reuniões deste Colegiado.
817 Manifestações registradas neste item de pauta: Patrícia Generoso Thomaz
818 Guerra, da Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos Atingidos do Projeto
819 Minas-Rio Mineração (Reaja): “Eu faço parte de um grupo que se chama Reaja –
820 Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio, em
821 Conceição, e quis me pronunciar porque eu acho esse tema muito caro a todos
822 nós. E não digo só em relação à população de Conceição, me preocupa também
823 como é esse histórico de capacitação das empresas de mineração ao corpo
824 docente da escola, que tem sido uma ocorrência frequente em todos os locais.
825 Além da capacitação do corpo docente, há também piqueniques que são feitos
826 nas escolas públicas. A Anglo American vai com o ônibus, retira as crianças da
827 escola e leva para um piquenique na sua planta industrial ou na sua estação
828 ecológica. Existem aí algumas mensagens subliminares que nos preocupam
829 muito. Recentemente, na comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso, Sapó,
830 que vive terrivelmente os maiores impactos da mineração da Anglo American, as
831 crianças das escolas chegaram com um copinho de plástico em casa e plantaram.
832 A empresa forneceu mudas e sementes para plantar orquídeas. E eu quero que
833 vocês prestem atenção nessa mensagem subliminar que existe nisso. A orquídea
834 no copinho plástico descartável. Nós sabemos que o ambiente natural da orquídea
835 é a serra, mas a serra está ocupada, está sendo esvaziada. Então nós precisamos
836 tomar cuidado com esse tipo de coisa. Isso não é uma capacitação, é uma
837 doutrinação. E eu quero repudiar com a minha mais profunda tristeza esse tipo de
838 prática que o Estado está permitindo. Isso não pode ser de forma nenhuma
839 admitido. Outra coisa que eu quero trazer para os senhores é que nessa mesma
840 comunidade, que não tem água para manter o seu pomar, as crianças estão
841 levando mudinhas para plantar pomar na escola, e na escola a empresa fornece
842 água. E, mais ainda, nos piqueniques na estação ecológica eles mostram às
843 crianças os bichos presos, mostram as borboletas e todos os bichos presos. A
844 criança volta para casa achando que o lugar do bicho é exatamente na jaula,
845 preso, ou na estação ecológica, e não no seu ambiente natural. As crianças da
846 escola de São Sebastião do Bom Sucesso e da escola da Mumbuca antes faziam
847 seus piqueniques, por exemplo, na cachoeira do Passa Sete, que a Anglo
848 American implodiu, detonou, sem autorização ambiental. Existe um processo, e o
849 doutor Felipe pode falar sobre isso. Então os piqueniques feitos antes nas
850 cachoeiras hoje estão sendo substituídos por piqueniques na estação ecológica.
851 Eu quero finalizar a minha fala fazendo um pedido aos senhores. Nós não
852 podemos permitir que esse tipo de convênio, de acordo, de captura, de
853 doutrinação seja feito com nossas crianças. O Estado já permitiu que as serras de
854 Conceição se tornassem ocas, que os nossos corações se tornassem ocos. Vocês

855 não podem permitir que os cérebros das crianças de Conceição, da população de
856 Conceição, permaneçam ociosos para o resto da vida. É isso que eles querem, tornar
857 ociosos o cérebro e as mentes das pessoas de Conceição, tirar a nossa capacidade
858 de visão crítica. É para isso que eu vim aqui, é esse sentido que tem a minha
859 participação e é isso que eu venho requerer dos senhores.” Presidente suplente
860 Germano Luis Gomes Vieira: “Muito obrigado, Patrícia. Nós ficamos felizes por ter
861 pessoas que são insistentes naquilo que acreditam. A pluralidade dos
862 entendimentos é que faz realmente a discussão.” Conselheiro Kleber Gesteira
863 Matos: “A Secretaria da Educação cuida dos aspectos gerais, particulares e até
864 individuais das questões das escolas, mas não impõe regras além do que é da sua
865 competência. Nas escolas, os conselhos escolares têm a faculdade de estabelecer
866 crítica a respeito do que é veiculado nas salas, nos programas e nas atividades.
867 Nós não recebemos ainda nenhuma manifestação dos conselhos escolares
868 desses municípios a respeito dessa questão. Recebemos agora a manifestação da
869 cidadã, que vai ser levada na devida conta. Vamos apurar todas as questões que
870 ela levantou e podemos fazer uma prestação de contas dessa situação a todos os
871 representantes aqui, na próxima reunião do COPAM. No âmbito desse acordo que
872 está sendo ainda estabelecido, a decisão de solicitar o apoio da Secretaria de
873 Meio Ambiente é fundamental, porque não nos cabe arbitrar nem mesmo
874 conteúdos a respeito do que é estabelecido na área ambiental. Também
875 gostaríamos de esclarecer que o desenvolvimento desse trabalho está proposto
876 para ser feito com a Universidade Federal de Minas Gerais, exatamente para
877 garantir maior isenção de procedimentos, métodos e conteúdos. Nós nos
878 solidarizamos com a colega que trouxe a questão e nos colocamos à disposição
879 para mais esclarecimentos.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
880 “Não entra no mérito se é menos ou se é mais, se vai ser graduação ou pós-
881 graduação e sobre o valor recurso. Entra no âmbito conceitual, no conceito da
882 política ambiental. A questão conceitual é onde nascem todas essas questões.
883 Essa questão da capacitação nos municípios onde há interesse minerário é muito
884 grave, e realmente tem que ser vista de outra forma. Porque isso fere, no nosso
885 entendimento, inclusive, princípios constitucionais de liberdade, que fazem parte e
886 que têm que permear a educação. Por exemplo, Conceição do Mato Dentro é
887 considerada a capital mineira do ecoturismo, faz parte da Estrada Real da Serra
888 do Cipó, está na bacia leiteira do queijo do Serro, que é o primeiro bem imaterial
889 de Minas Gerais; está inserida na Reserva da Biosfera do Espinhaço, segundo a
890 Unesco. E tem, além disso, um circuito de festas religiosas consideradas de valor
891 histórico. De repente, vem a empresa mineradora interessada, que já tem um
892 empreendimento no município, para fazer a capacitação com os professores. Ou
893 seja, em um território que já está vivendo graves impactos ambientais e sociais e,
894 provavelmente, para o seu futuro, como está Itabira, num beco sem saída, suas
895 crianças e seus jovens estão sendo alvo de um trabalho de capacitação
896 direcionado ao que essas pessoas que vivenciam isso chamam de uma captura
897 definitiva dessas outras vocações desse lugar, uma captura definitiva da própria

898 história desse lugar. Para que isso fique como se esse lugar sempre foi
899 vocacionado para ser destruído pela mineração, para ser amputado no seu
900 território. O exemplo que eu soube, na época, desse trabalho de capacitação em
901 Conceição do Mato Dentro, se formos fazer isso em todos os lugares que têm
902 esse tipo de estratégia da mineração, nós vamos fazer uma coletânea dessa
903 grossura desse livro. Lá, eles usaram numa certa época nessa capacitação aquela
904 música da Paula Fernandes 'Seio de Minas'. Nada contra a questão musical nem
905 a Paula Fernandes – não estamos aqui tratando disso –, mas a estrofe mais usada
906 nos trabalhos das crianças era aquela primeira parte que diz 'sou do campo, da
907 serra, onde impera o minério de ferro'. E nós fomos surpreendidos numa prova
908 com uma questão assim: 'O que tem na serra?' E tinha várias opções, todas as
909 opções eram coisas ridículas, tipo 'o microfone', 'o trem', coisas que não têm nada
910 a ver. E a única opção que a criança tinha que responder era 'minério de ferro'.
911 Não é verdade que nas nossas serras de Minas Gerais, mesmo que tenha minério
912 de ferro, só tem minério de ferro. Tem biodiversidade, fauna, paisagem, memórias.
913 Tem muitas coisas. Então eu trouxe um exemplo. Isso aconteceu em São Joaquim
914 de Bicas, com a MMX. O frater Henrique estudou a fundo o material didático. Eles
915 usaram Paulo Freire para fazer todo o projeto pedagógico para convencer as
916 crianças, essa coisa de que ela falou de amputar e fazer uma manipulação
917 intelectual de naquele território a vocação é minerária. Nós estamos demandando
918 do Ministério Público e do Estado que o Estado, no seu papel constitucional em
919 relação à educação, não pode capitanear esse modelo de parceria nesse formato.
920 Uma coisa é o empreendedor ter que pagar para que a estrutura do município dê
921 conta da ampliação da demanda escolar. Isso é obrigação, isso tem que ser feito.
922 Outra coisa empresa é a empresa de mineração preparar os projetos pedagógicos
923 e fazer essa lavagem cerebral nas crianças. Então nós estamos vendo que a
924 dependência econômica – como todos dizem de Mariana, que tem que licenciar
925 logo o dique, porque todo mundo vai morrer se a mineração não voltar – nós
926 estamos construindo em todos os territórios onde a mineração quer trabalhar. Isso
927 é muito grave, e eu estou solicitando então ao Estado, ao Ministério Público que
928 reconsiderem esse eixo conceitual, que acompanhem, dedicadamente, essas
929 parcerias com a Anglo American, para que não continue acontecendo isso, e não
930 só em Conceição do Mato Dentro, mas em todos os territórios. Para finalizar, a
931 Vale, na serra do Gandarela – é a luta em que eu estou há muito tempo –, já está
932 levando para fazer capacitação de todos os professores rio acima. Uma visita
933 agora no dia 17, sábado, dia letivo, para serem capacitados lá pela Vale. Ou seja,
934 estão se antecipando à perspectiva da Mina Apolo. Isso é muito grave, nós não
935 podemos permitir que isso aconteça." Conselheira Juliana Pereira da Cunha: "Nós
936 temos informação do contrato da Emater de prestação de serviços com a Anglo.
937 Como aqui é o Conselho de Política Ambiental e em muitas das vezes falamos que
938 não discutimos política ambiental, vale a informação para os senhores de que
939 esse contrato de prestação de serviços entre a Anglo e a Emater é desenvolvido
940 com a metodologia ISA, que é Indicadores de Sustentabilidade em

941 Agroecossistemas e funciona da seguinte forma. Os técnicos da Emater assistem
942 as famílias, e essa metodologia foi desenvolvida pela Epamig, em parceria com
943 Emater, IEF, Fundação João Pinheiro, Embrapa e UFMG. E a grande dificuldade,
944 em muitas das vezes, é conseguir mensurar a sustentabilidade de uma
945 propriedade. Quanto à metodologia ISA, que já tem decreto desde 2012, a ideia da
946 Seapa e da Emater e a nossa vontade é que seja mais disseminada, exatamente
947 porque nós vemos com bons olhos. Agora, nós já estamos na segunda etapa, e os
948 técnicos da Emater já assistiram essas famílias assentadas, e agora estão no
949 processo de voltar para avaliar exatamente se teve melhoria. Porque esse método
950 traz alguns indicadores, como qualidade do ar, a questão do manejo e o que a
951 propriedade deve fazer para conseguir melhorar e atingir o índice 0.7, que seria
952 um índice de sustentabilidade médio. Então nós estamos nesse segundo processo
953 para saber a evolução dentro dessa aplicabilidade dessa metodologia. Caso os
954 senhores tenham interesse, eu posso depois trazer essa segunda etapa,
955 informações sobre essa metodologia, que a Seapa entende que deve ser uma
956 política de Estado, a aplicabilidade do ISA. Porque é um método muito importante
957 e que mensura uma sustentabilidade que muitas das vezes nós ficamos falando
958 de uma forma mais abstrata. E essa metodologia vem, de uma forma mais
959 objetiva, trazer isso.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Eu fico muito
960 sensibilizado pela fala da representante da região e também sensibilizado pela fala
961 da Maria Teresa, mas eu fico aqui me preocupando com o seguinte. A empresa
962 não determina conteúdo, a empresa propõe conteúdo. A proposta de conteúdo
963 dela está em cima da lei da educação ambiental, ela não pode propor coisa que
964 não esteja escrito na lei. Porque tem uma lei que define conteúdo, define temas,
965 define tudo isso que está sendo discutido. Está na lei. O representante da
966 Secretaria de Educação disse muito corretamente. É questão local. Se for
967 municipal, foi proposto à administração municipal para que possa verificar aquele
968 conteúdo e adotar o conteúdo ou não, à luz da política local de educação. E, se for
969 estadual, à luz da política estadual de educação. Imputar à empresa essa questão
970 de que ela está impondo conteúdo eu acho muito forte. Mas ao mesmo tempo eu
971 gostaria de trazer para cá, nós somos aqui um conselho de política. E aí eu vou
972 com a Maria Teresa, que citou casos pontuais. Isso mostra que nós não temos
973 uma política de educação para as áreas de mineração, para que haja um
974 comportamento uniforme de todas as mineradoras, uniforme e conforme uma
975 diretriz. Isso nós não estamos tendo. E a falta disso nos dá essa oportunidade de
976 dizer que ‘a Vale fez isso, a Anglo American fez isso...’ Nós não podemos
977 continuar nessa coisa. No caso da agricultura, com a metodologia ISA, nós temos
978 quase uma definição de diretrizes e um comportamento de todos. Como uma
979 empresa vai atuar na questão da extensão rural? Ela vai atuar dentro das
980 perspectivas, dentro das diretrizes da ISA. Se fizer fora disso, ela tem que ser
981 penalizada. Então a minha proposta é que se juntem a Secretaria de Meio
982 Ambiente e a Secretaria de Educação e definam uma política educacional
983 ambiental para as regiões mineradoras. E tragam aqui para nós discutirmos isso,

984 para definirmos essa política, o que é função deste Conselho. Porque se
985 continuarmos assim toda vez vamos estar discutindo caso a caso e não vamos
986 estar discutindo política. A política que nós vamos ter que discutir aqui é política de
987 educação ambiental nas zonas mineradoras. Essa é a minha proposta.”
988 Conselheiro Miguel Angelo de Andrade: “Eu queria fazer algumas considerações e
989 ouvir também a empresa. Talvez fosse interessante, como sugestão, que nós
990 recebêssemos os materiais a serem apresentados aqui antes das reuniões.
991 Porque me surpreende muito, representando a PUC Minas aqui, o tom de
992 julgamento, respeitando as suas palavras, de que um curso de capacitação
993 oferecido pela nossa instituição tenha uma função doutrinária. Nós concordamos,
994 plenamente, há convergência tanto da fala de alguns conselheiros como a Maria
995 Teresa, o Wagner, e repetidas vezes nós estamos em uma reunião de Conselho,
996 em que nosso dever de representação é formular política pública. Nós estamos
997 discutindo, e mais uma vez respeito e reitero a importância de se ter exemplos na
998 discussão, mas nós não estamos formulando política pública de educação
999 ambiental não formal junto ao processo de licenciamento, que é, repetidas vezes,
1000 elencado em processo de compensação ambiental. O que eu vejo é que corremos
1001 o risco, sim, seja doutrinação ou outros adjetivos, de fazer trabalhos superficiais,
1002 porque nós estamos atendendo demandas pontuais, e isso não garante a
1003 formação de um processo educativo. O processo educativo é contínuo, e
1004 respostas pontuais não dão respostas também à melhoria da sociedade. E
1005 acreditamos que nenhuma empresa goste de fazer isso. Certamente, os
1006 programas têm que ser questionados, sim, em profundidade, mas eu acho que o
1007 cerne da questão está muito maior em não resolver. Não sei se nós temos que
1008 homogeneizar o processo, porque a diferença no Estado, a diferença de IDH, de
1009 nível de ensino etc., é monstruosa, sobretudo, em Minas Gerais. Mas o mínimo
1010 que se deve adotar e onde se deve aprovar esses planos de educação. Um curso
1011 de capacitação não se propõe a ser construtivo num processo de formulação de
1012 política de educação, sobretudo, de educação ambiental, como pressupõe,
1013 inclusive, o Programa Nacional de Educação Ambiental. Eu vejo numa análise
1014 crítica a esse resultado que está sendo locado aqui é que tem um erro absoluto
1015 nos processos de licenciamento, quem determina as condicionantes não entende
1016 de educação ambiental, quem determina recuperação de área degradada em seus
1017 municípios muitas vezes não entende de água, não entende de área degradada.
1018 São decisões políticas pouco pautadas no argumento técnico, fundamentadas na
1019 justificativa daquele pedido de condicionante. E temos isso repetidas vezes. Nós
1020 nunca vamos parar de ter reunião para fazer avaliação de uma condicionante ou
1021 outra tal qual essa. Que nós tenhamos resposta efetiva de melhoria, de plano de
1022 desenvolvimento de longo prazo, em sítios minerários, a exemplo de Conceição, a
1023 exemplo de qualquer município ou região minerária. Isso tem que ser feito com a
1024 Secretaria, com o setor da mineração, o setor da educação, com quem responde a
1025 esses planos, aos interessados diretos, que é a sociedade, representada pela
1026 sociedade civil. O que nós estamos vendo é desperdício de recurso, desperdício,

1027 inclusive, do nosso tempo, que é muito caro. É preciso ser mais propositivo no
1028 sentido de política de meio ambiente. Eu vejo o COPAM com esse significado.
1029 Reitero o respeito às colocações e às palavras de todos, e tenho a mesma
1030 preocupação quando nós temos planos de captura ou de resposta, simplesmente,
1031 pontuais, que não garantem nenhum indicador de melhoria do processo educativo
1032 nesses municípios em quaisquer que sejam as escalas. Eu entendo que é um
1033 processo que foi dado em escala municipal, e estou curioso para saber quem
1034 respondeu e aprovou esse plano. A PUC Minas, como proponente de um curso de
1035 80 horas, entende que nós demos uma resposta pontual, sem o menor
1036 comprometimento de um processo educativo de longo prazo, porque o processo
1037 não é comprometido, nesse sentido, com essas respostas. E assim como qualquer
1038 outro convênio nós também temos condições de dar respostas pontuais. E o
1039 nosso compromisso, longe de doutrinar ou de qualquer outro sentido, é atender
1040 essa demanda. E eu queria reforçar a proposição aqui, nós não estamos
1041 formulando política. Ótima a apresentação do Rodrigo, mas não vai mudar muita
1042 coisa e não vai atender e satisfazer a essa diversidade de setores. Eu acho que a
1043 responsabilidade dos setores é construir essa política, dentre outras. Eu falei isso
1044 em uma reunião do COPAM, me preocupam muito as reuniões informativas. Nós
1045 não temos deliberado, e o nosso papel de representação tem sido diminuído, no
1046 sentido de proposição de política pública para melhoria da questão ambiental no
1047 nosso Estado. Nós temos fé e estamos à disposição para ajudar a construir isso,
1048 numa responsabilidade nossa de representação. Mas que tenhamos retorno,
1049 porque senão nós vamos ficar aqui discutindo. Eu acho também importante
1050 discutir, mas com a questão de um programa qualquer de educação ambiental nós
1051 não estamos resolvendo os problemas. E nós podemos ser julgados, pela nossa
1052 responsabilidade de representação, de não estar contribuindo muito ou de estar
1053 contribuindo quase nada. Então é nesse sentido que eu acho que nós devemos
1054 rever as nossas participações, pautas e grupos de trabalho, para que tenhamos
1055 encaminhamentos de serviços ambientais, de política etc. É a segunda vez que eu
1056 falo, e me desculpem por ter alongado, mas uma coisa é a justificativa do
1057 programa, mas a outra e que mais preocupa é que nós não temos contribuído na
1058 formulação de políticas públicas. Nós estamos aqui questionando projetos de lei,
1059 questionando programas, e em que ponto talvez nós conselheiros temos
1060 contribuído, de fato, nesse organismo enorme e representativo, com voz e força,
1061 para reformular os resultados que queremos?” Conselheiro Eduardo Antônio
1062 Arantes do Nascimento: “Apesar das dificuldades, eu vou continuar com a minha
1063 concepção da necessidade de fortalecer e de atribuir, mesmo que sejam poucos,
1064 os méritos aos órgãos colegiados, como o COPAM. Eu, particularmente, acho que
1065 a situação geral da política ambiental seria bem pior sem os colegiados. Eu até
1066 diria, repetindo o que foi dito uma vez, que a polícia é uma questão tão séria e
1067 importante que não pode ser deixada na mão dos políticos. Da mesma maneira, a
1068 questão ambiental. Eu não tenho problema nenhum com a divergência, mas
1069 questionar a legitimidade das instituições que participam aqui não é um bom

1070 caminho. Eu acho que tem legitimidade. Inclusive, nós temos que ficar muito
1071 atentos a isso. Se não defendermos a importância, é claro, por exemplo, que o
1072 governo não vai mandar o orçamento para se discutir aqui. Eu acho essa questão
1073 trazida muito importante. Eu não sou contra o que o outro fala, o importante é
1074 quem escuta ter condições de avaliar. Eu acho muito importante o que foi trazido,
1075 tanto pela Maria Teresa como pela Patrícia, agora eu entendo que isso diz
1076 respeito a conteúdo pedagógico. Essa questão é no âmbito de um licenciamento
1077 ambiental. Entrou como condicionante. Atribui-se à empresa um determinado
1078 papel, mas, por se tratar de uma atividade pública, junto com crianças,
1079 adolescentes, diz respeito a educação, é no espaço público da escola, então o
1080 titular da iniciativa, o que responde pela iniciativa é o Estado. E foi aprovado em
1081 outros licenciamentos, não só de mineração. Não vamos deixar reduzir a questão.
1082 Eu já participei dessa discussão em relação a hidrelétrica. O titular é a Secretaria
1083 da Educação. A empresa, no licenciamento, é chamada a contribuir e participar,
1084 mas o conteúdo, por ser público, por ser educação pública, mesmo que informal, é
1085 de responsabilidade do Estado, que é o titular, inclusive, do licenciamento. Será
1086 feito aquilo que o Estado – nesse caso, com o apoio da SEMAD – assim autorizar
1087 e assim entender que é correto. Eu quero deixar bem claro: foi condicionante. Se
1088 não fosse condicionante, a empresa não estaria aí. Ela não foi por vontade
1089 própria. É uma condicionante e tem que ser cumprida com a titularidade da
1090 Secretaria de Educação. Para mim, não tem nenhum sentido fazer um grupo de
1091 trabalho aqui para avaliar, pois quem tem que avaliar são eles. Eu concordo com o
1092 que a Patrícia falou. Eu posso olhar um ambiente e, legitimamente, posso ver só o
1093 minério, o outro pode ver paisagem. É tudo narrativa, que deriva da consciência.
1094 Agora, aqui não se trata disso. A condicionante não é para ser cumprida conforme
1095 a empresa entende que deve ser cumprida. A condicionante é para ser cumprida
1096 com o apoio e a participação da empresa, dentro da visão que o Estado entende
1097 de educação. E o Estado chamou o apoio da SEMAD. Para mim, não tem jeito de
1098 ficar de melhor tamanho. Eu acho que tirar um grupo de trabalho aqui não avança
1099 na questão. Parece que a PUC também está participando. Se estiver, ótimo, é
1100 habilitadíssima a universidade. Mas para mim se trata de garantir esse conteúdo.
1101 Em vários licenciamentos, não só de mineração, mas nesses grandes
1102 licenciamentos de hidrelétricas, são colocadas essas condicionantes que dizem
1103 respeito à educação, mas a concepção que orienta colocar é que a
1104 responsabilidade é do Estado. Lá tem escola e tem o conselho. Então eu concordo
1105 com o sentido que foi trazido pela Patrícia e pela Maria Teresa, isso tem que se
1106 olhar mesmo. O que tem que prevalecer é a visão pública, e a visão pedagógica é
1107 do Estado. E nós não vamos construir aqui política educacional ambiental, é para
1108 além da nossa possibilidade. Mas a Secretaria de Educação, inclusive, participa
1109 aqui muito também com essa finalidade, e as universidades, de nos ajudar nesse
1110 sentido. Então se quiser, na próxima reunião, a Secretaria da Educação, já de
1111 posse de mais informações, possa se manifestar de maneira mais ampla. Mas
1112 para mim a questão diz respeito a isso.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “A

1113 Patrícia e a Teca colocaram algumas questões. Na temática de recursos hídricos,
1114 nós ajuizamos as ações e temos solicitado reparação integral. Sobre a cachoeira
1115 do Passa Sete, tem inquérito civil específico, e, de fato, teve a explosão da
1116 cachoeira. Como é irreversível, nós estamos solicitando a compensação ambiental
1117 correspondente. Especificamente quanto à questão pedagógica, eu confesso que
1118 desse possível problema é a primeira vez que eu tomo conhecimento. A Patrícia
1119 informou mais cedo que talvez haja um inquérito civil em Conceição do Mato
1120 Dentro – e eu também não tenho essa confirmação se sim ou se não –, porque já
1121 houve uma representação ao promotor de Justiça local, o doutor Marcelo, titular da
1122 comarca. Eu realmente teria que verificar a existência ou não desse procedimento
1123 para ver se existe algum tipo de informação materializada, para que eu possa dar
1124 um posicionamento um pouco mais concreto. Sobre essa condicionante,
1125 especificamente, eu não participei da votação nem da formulação, porque ela
1126 remonta 2009, mas existe sempre uma discussão muito viva na URC
1127 Jequitinhonha, especificamente, quanto à redação propriamente dita, tentando
1128 respeitar, de fato, as atribuições que são públicas e aquelas que são da empresa.
1129 E não é apenas em um grande empreendimento, até mesmo para um
1130 empreendimento de tratamento de madeira já existe uma rotina de vir a própria
1131 equipe técnica da Supram com a condicionante de educação ambiental. Eu acho
1132 que seria válido haver uma uniformização das equipes técnicas para que possa vir
1133 no próprio Parecer Único ou até mesmo orientar os conselheiros das URCs, no
1134 momento de formular as condicionantes de educação ambiental, para que talvez a
1135 redação seja mais direcionada para o financiamento dos projetos de educação e
1136 não propriamente dita a execução. Porque aí talvez tenha um respeito maior a
1137 essa questão da definição dos conteúdos. Eu não acho, de forma alguma, que os
1138 empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental tenham que deixar de
1139 fomentar e estimular o financiamento da educação ambiental. Eu acho que eles
1140 têm, sim, que fomentar, isso é importante. Agora, nós não podemos descuidar do
1141 conteúdo desses projetos de educação. Então fica até a minha sugestão à equipe
1142 técnica da SEMAD. É a primeira vez que eu tomo conhecimento de um conteúdo
1143 possivelmente desvirtuado, e tenho que verificar. Eu vou comunicar essas
1144 questões à Coordenadoria de Educação do Ministério Público, que tem uma
1145 expertise nessa temática, e acho importante a proposta de a SEMAD e a
1146 Secretaria de Educação se reunirem para reavaliar esse projeto propriamente dito
1147 para verificar se existe algum tipo de distorção que mereça ser corrigida. Se for
1148 essa a proposta, eu acho muito interessante que, nesse caso concreto, se possa
1149 fazer essa análise diante da verificação de uma metodologia pedagógica. A última
1150 coisa que eu coloco e peço é a gentileza da disponibilização desse material
1151 apresentado para nós, e se pudesse também encaminhar diretamente para a
1152 Patrícia. Então eu concordo muito com essas questões, em especial, com a
1153 uniformização das equipes técnicas na hora de propor as condicionantes ou de
1154 orientar nós mesmos conselheiros na hora de propor condicionantes, para que a
1155 redação fique adequada, respeitando as atribuições dos órgãos competentes.

1156 Muitas vezes, uma condicionante mal redigida gera problemas no cumprimento, na
1157 execução, na verificação e todo um transtorno posteriormente. Então se houvesse
1158 a uniformização... Não para deixar de financiar ou fomentar os projetos de
1159 educação, mas que seja um financiamento, e não propriamente dita a execução.
1160 Talvez tenhamos maior tranquilidade no que se refere à independência do
1161 conteúdo desses projetos. Então ficam essas duas sugestões, uma para a equipe
1162 técnica e outra corroborando a disponibilidade a que o conselheiro Kleber se
1163 colocou para fazer a reanálise desse caso concreto. E espero ter respondido as
1164 colocações da Teca e da Patrícia, dentro das informações que eu tenho. E mais
1165 uma vez parabenizar a Patrícia. É muito importante esse envolvimento da
1166 sociedade civil, é essencial. Eu conheço o trabalho da Patrícia, o envolvimento, a
1167 dedicação, a persistência, que são essenciais, de fato, para as causas em que
1168 cada um de nós acredita.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
1169 Jequitinhonha: “Um esclarecimento só para tranquilizar todo mundo: o programa
1170 de capacitação não é para crianças, não é voltado para o público infantil, é voltado
1171 para professores que estão efetivamente trabalhando na sala de aula, e até a fala
1172 da doutora Patrícia deixa muito claro que precisam de capacitação. Professores
1173 que não conseguem discernir além do minério de ferro na serra certamente
1174 precisam de capacitação. Em todos os momentos, o que se tratou é a empresa
1175 sendo fomentadora de um programa de capacitação desenvolvido sob a tutela e
1176 com o escopo determinado pela Secretaria de Estado de Educação. O primeiro
1177 projeto, que foi aprovado em 2014 e depois não vingou, só foi aprovado quando a
1178 SEE aprovou o escopo daquilo que estava sendo feito. As propostas agora são
1179 uma da empresa, de fazer uma capacitação através da PUC Minas, que já foi
1180 defendida aqui, e duas da Secretaria de Estado de Educação, de capacitações
1181 com a UFVJM e a UFMG. Então nós não estamos falando aqui de execução de
1182 política pública por parte de uma empresa privada, nós estamos falando do
1183 fomento, pelo princípio poluidor/pagador, de a empresa sendo obrigada a fomentar
1184 a capacitação docente, em parceria com o Estado.” Conselheiro Evandro Carrusca
1185 de Oliveira: “Nós não estamos discutindo aqui política, em nenhum momento
1186 estamos colocando a política educacional do Estado, o que nós estamos
1187 colocando aqui é uma prestação de serviço. Alguém tem que cumprir uma
1188 deliberação do código ambiental, e contratou alguém para apresentar. E uma
1189 cidadã nos apresenta um resultado que está desvirtuado do que eu acho que
1190 deveria estar acontecendo. Se está acontecendo ou não, para isso tem os
1191 caminhos para se detectar. Nós não estamos aqui discutindo política, como
1192 também o trabalho da Epamig é maravilhoso, mas totalmente diferente desse. A
1193 Epamig é um grupo de pessoas e entidades com conhecimentos ambientais e
1194 outros conhecimentos, que se juntaram, e estão indo pessoalmente. No
1195 depoimento do rapaz da Secretaria, ele está pedindo ajuda para nós, dando a
1196 entender que eles têm deficiência para discutir o assunto ambiental no âmbito em
1197 que está acontecendo. Então eu acho que nós temos que diferenciar muito,
1198 porque não estamos aqui querendo implantar política educacional nesse caso. É

1199 uma prestação de serviço, e talvez esteja sendo desvirtuada em algum momento.
1200 A outra preocupação na apresentação que foi feita é que o foco inicial eram
1201 escolas públicas, e aí se reverteria para a população local. A partir do momento
1202 em que vira para as escolas particulares, aonde a população carente está sendo
1203 beneficiada por isso? Então realmente é conscientizar, mas, pelo que foi colocado
1204 aqui, se é verdade, essa conscientização está desvirtuada. Eu não estou
1205 discutindo se o curso é para professores ou para alunos, estou dizendo o que foi
1206 colocado aqui. Então nós não estamos discutindo política, nós estamos
1207 desvirtuando de uma proposta de trabalho que está acontecendo. Se meus
1208 filhos começarem a me ensinar a fechar a torneira na hora de escovar os dentes é
1209 porque os professores ficaram em cima deles falando isso. Isso está acontecendo
1210 agora, os professores vão ser preparados para fazerem as crianças entenderem o
1211 que tem no alto da serra. Então isso tem que ser acompanhado.” Conselheiro Luiz
1212 Ronaldo Carvalho: “Eu queria só chamar atenção na proposta do Eduardo, porque
1213 eu acho que a responsabilidade não pode ser da Secretaria de Educação, uma
1214 vez que a grande maioria das escolas são escolas municipais. Eu acho que ela
1215 tem que estar no suporte, até pelas questões pedagógicas e tudo o mais, mas a
1216 responsabilidade tem que ser do órgão que é responsável por zelar pelo
1217 cumprimento das condicionantes, neste caso, a Secretaria de Meio Ambiente.”
1218 Lídia Praça, representante da Anglo American: “Eu só quero esclarecer três
1219 pontos. O primeiro é a questão de que são dois programas: um é a capacitação
1220 dos professores a partir de um programa social, e esse programa se chama
1221 ‘Infraestrutura urbana’, que foi aonde se detectou o impacto anteriormente; e outro
1222 é um programa de educação ambiental. Nesse programa, um ponto é que nós
1223 temos que fazer a capacitação dos professores, e a capacitação é feita anual e
1224 determinada através da secretaria municipal de educação, para as escolas
1225 municipais. Nessa determinação, nós fazemos uma reunião de avaliação do ano
1226 anterior, e depois eles fazem uma reunião de construção do conteúdo
1227 programático do ano em que vai ocorrer o curso com os professores municipais. O
1228 segundo ponto é que no PCA, no programa de infraestrutura, nós conseguimos
1229 fazer tratativas com as secretarias municipais para executar essa capacitação na
1230 região para as escolas municipais. Esse curso foi feito juntamente com as
1231 secretarias municipais e através da GAC, uma empresa da região de Conceição
1232 de Mato Dentro que presta serviços. Ela procurou, através de diagnóstico, levantar
1233 o que era melhor para os docentes e trabalhou com eles na perspectiva da região.
1234 E um terceiro ponto que eu gostaria de esclarecer é que, desde quando nós
1235 procuramos o Estado, nós vimos trabalhando na perspectiva de que nós temos
1236 uma ação de programa PCA, e não é condicionante, já que é um programa em
1237 que nós colocamos para o Estado para ser cumprido através do nosso EIA/RIMA,
1238 em que nós levantamos os impactos. E é importante afirmar que nós fazemos uma
1239 tratativa com o Estado no sentido do que se quer para capacitar o professor, o
1240 docente estadual. E nós vamos entrar com recurso financeiro. Essa tratativa tem
1241 um valor. Então eu acho que o que nós estamos discutindo aqui é quanto nós

1242 temos capacidade para arcar com o que o Estado vai nos determinar em relação a
1243 conteúdo programático para os docentes.” Presidente suplente Germano Luis
1244 Gomes Vieira: “Eu tenho notado nós temos discutido duas questões com duas
1245 ações específicas. Nós temos a política estadual, que tem que ser voltada também
1246 para educação com um olhar regional, e também eu acho que a ausência de
1247 diretrizes mais objetivas para os programas de educação ambiental, que têm que
1248 ser custeados pela empresa. Do ponto de vista dos programas de educação
1249 ambiental, nós temos uma deliberação normativa do COPAM em vigor, a DN 110,
1250 que merece revisão. A equipe de educação ambiental da SEMAD está trabalhando
1251 uma proposta para revisão da DN 110, que está quase pronta. Não deve na
1252 próxima reunião da CNR, mas possivelmente na subsequente. O que não obsta
1253 que o próprio Conselho possa inserir artigos com diretrizes específicas para
1254 atenção à vocação econômica regional, nesse trabalho necessário, como nós
1255 temos notado aqui, inclusive, com a fala da Patrícia. Agora, do ponto de vista da
1256 política, eu acho que é salutar esse encaminhamento que o conselheiro está
1257 propondo da criação dessa comissão.” **6) SITUAÇÃO DAS BARRAGENS DE**
1258 **REJEITOS QUE SE ENQUADRAM DISPOSTAS NO ARTIGO 8º DO DECRETO**
1259 **ESTADUAL Nº 46.993, DE 2 DE MAIO DE 2016. Apresentação: SEMAD.**
1260 Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização Ambiental, fez
1261 apresentação da situação das barragens. Em seguida, foram esclarecidas dúvidas
1262 levantadas pelos conselheiros. A partir de destaques feitos pelas conselheiras
1263 representantes do Crea e da Abes sobre a importância da parceria com o Crea
1264 nas fiscalizações, o presidente Germano Luis Gomes Vieira registrou as seguintes
1265 considerações: “Nós estamos com reuniões agendadas com o Crea para
1266 formalizar essa cooperação através de um termo de cooperação de trabalhos. As
1267 discussões com o Crea se tornaram muito próximas. Nós estamos buscando
1268 sempre aprimorar as nossas estratégias de fiscalização, e tenho certeza de que os
1269 órgãos irão somar, sim. Então ratificamos o desejo de termos essa parceria
1270 estreita, e peço ao Anderson que leve junto com a subsecretária Marília para ter
1271 uma efetividade e concluirmos essa parceria de fiscalização, para que nas
1272 próximas vistorias o Crea já vá a campo conosco.” Após os esclarecimentos, a
1273 conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo fez solicitação para que a
1274 apresentação seja disponibilizada aos conselheiros e registrou as seguintes
1275 considerações gerais e contribuições: “Como a questão da política ambiental vira e
1276 mexe aqui é trazido que teria que ter uma gestão sistêmica, e isso é uma grande
1277 falha na forma como tanto o Estado como outros entes tratam da gestão ambiental
1278 ou da econômica sobre a ambiental, eu gostaria de mostrar um slide do mapa que
1279 nós fizemos com os dados da FEAM, de 2003, na região do Quadrilátero, do que
1280 que existe de barragens. Nós não separamos se é a jusante, se é a montante,
1281 porque não está na planilha. Eu vi que realmente a FEAM já colocou na planilha
1282 de 2015 a localização. Nós vamos atualizar esses dados a partir do que está na
1283 planilha, mas se me permitirem mostrar só o mapa... Para que se entenda que
1284 nessa questão ambiental nós temos que sair desse olhar tipo de escritório, em que

1285 temos as caixinhas dos processos ou pastas, porque nós vivemos num território.
1286 Por exemplo, em uma bacia hidrográfica onde acontece algum impacto, não é só
1287 naquele local que acaba atingindo. Então eu acho que é uma colaboração o mapa
1288 que nós elaboramos. Para vermos, olhando a imagem, o que são quatro 423
1289 estruturas de rejeito só no Quadrilátero. Isso significa pessoas, lugares, cursos
1290 d'água. Então nós não podemos continuar tratando as questões ambientais versus
1291 os interesses econômicos sem outro olhar para isso, nem que seja para ficar
1292 registrado. Então reparem o que nós sentimos quando vemos o mapa. Temos o
1293 Quadrilátero. Nós estamos em Belo Horizonte, tem a serra da Piedade, a serra do
1294 Curral, Nova Lima. A pretensão da Vale na Fazenda Velha, Maravilhas III, que já
1295 recebeu LP, do lado de Maravilhas II. Só uma localização espacial. Nessa lista de
1296 27 pontos, vários estão na serra do Itatiaiuçu. Cada ponto é uma estrutura de
1297 disposição de rejeito, e os tamanhos estão relacionados com uma faixa de milhões
1298 de metros cúbicos. Nós estamos falando de um território onde tem a bacia do rio
1299 das Velhas, o rio Paraopeba, que depende dessas duas bacias hidrográficas. Tem
1300 o conjunto onde está a mina de Alegria, e em outro conjunto tem a de Fundão.
1301 Não vemos Congonhas, porque não estamos vendo as barragens de cima para
1302 baixo. Isso é a realidade do nosso território. Então das 700 e tantas barragens que
1303 estão na lista da FEAM de 2013, das que tinham coordenadas que batiam com o
1304 território, 423 ocorrências são nesse território do Quadrilátero, onde está a maior
1305 parte da população de Minas Gerais. Isso é extremamente grave. Reparem, já
1306 rompeu a da Herculano, já teve o vazamento da barragem da MSol, rompeu
1307 aquela da Rio Verde, de Macacos, tudo nesse território, próximo. É urgente, não
1308 sei quando isso vai acontecer, mas nós somos eternos sonhadores de que, em
1309 algum momento, a questão verdadeiramente ambiental, que é social, comece a ter
1310 peso maior nas decisões e não seja como eu vi no dia 28 de junho: só quatro
1311 conselheiros votarem contra a Barragem Maravilhas III nesse lugar, com pessoas
1312 na zona de auto-salvamento. E lá diz que coloca em risco, e pode acontecer de
1313 chegar a Bela Fama, que abastece 2 milhões e tanto de pessoas.” O conselheiro
1314 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento defendeu o aprofundamento das
1315 discussões e se colocou à disposição para participar. “Passado o maremoto, mas
1316 ainda no rescaldo, talvez seja interessante aprofundar, porque eu tenho absoluta
1317 certeza de que todo mundo é capaz de convergir para um único ponto, que é o
1318 seguinte: nós queremos segurança e qualidade ambiental. Se o ponto de
1319 convergência é esse, se for necessário, tem que se aprofundar. Eu estou pegando
1320 um aspecto: se não for autorizado aqui, não tem empreendimento. Então isso
1321 reveste a decisão de uma importância muito grande. Dito isso, eu queria um
1322 esclarecimento. Naqueles empreendimentos em que o auditor não garante a
1323 estabilidade, qual procedimento vai ser adotado? A outra coisa é uma reflexão. Eu
1324 assisti na Assembleia uma reunião da Comissão de Desenvolvimento Econômico
1325 sobre diversificação de atividade econômica em municípios mineradores. Achei
1326 muito interessante a discussão. Juntando com a relevância dessa questão que,
1327 mais uma vez, a Maria Teresa traz e que teve a oportunidade de expor, de

1328 maneira mais ampla, no seminário Águas de Minas. Que é a questão do aquífero
1329 presente numa região com presença minerária, no caso, essa região aqui citada.
1330 Eu acho que uma questão que pode contribuir numa discussão mais ampla disso,
1331 para sair, inclusive, dessa discussão pontual de empreendimentos 'x' ou 'y', é
1332 tentar trazer para o âmbito da regularização ambiental uma divisão de território e
1333 de gestão socioeconômica e ambiental de territórios. No meu entendimento, se
1334 continuar a discussão no gueto de um empreendimento, dois empreendimentos,
1335 três empreendimentos, eu tenho absoluta certeza... E as estatísticas estão ao meu
1336 lado: 95% dos empreendimentos que vierem para licenciamento serão licenciados.
1337 O problema é que pessoas são atingidas. Então eu acho, secretário, que
1338 precisava tentar pautar o início de uma discussão sobre gestão ambiental e
1339 territorial." Presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira: "Não sei se o senhor
1340 chegou a ver, conselheiro, a nova estrutura da SEMAD, que foi publicada na
1341 semana passada. Dentro dessa nova estrutura, nós criamos, exatamente, uma
1342 assessoria, uma diretoria para gestão de território. Na última gestão, nós tivemos a
1343 exclusão, de dentro da Secretaria, da única superintendência que tinha a
1344 possibilidade de pensar a gestão ambiental. Tanto que a subsecretaria em que o
1345 Anderson está hoje chamava-se Subsecretaria de Gestão e Regularização
1346 Ambiental. Tiraram a parte da gestão, e ficou só regularização. Então nós
1347 recriamos uma Superintendência de Gestão Ambiental. E, dentro dessa mesma
1348 linha que o senhor está falando e que consideramos importante, nós criamos uma
1349 Diretoria de Gestão Territorial Ambiental. A tecnologia da informação nos
1350 possibilita enxergar o território. E isso vai nos possibilitar duas coisas. Quando o
1351 técnico estiver fazendo análise de um processo, pode verificar pela geotecnologia,
1352 com todas as coordenadas, todas as informações ambientais que nós já
1353 possuímos. Se sabemos, dentro de uma microbacia, que existem muito pivôs,
1354 vamos condicionar as condicionantes para recuperação de nascentes, para
1355 valorizar o uso da água. Se sabemos que outra região é mais vocacionada a outra
1356 atividade, na hora da análise técnica, conseguimos condicionar a análise para
1357 condicionantes que sejam muito mais efetivas do que propriamente um padrão de
1358 condicionantes. A segunda coisa é mostrar para o conselho que estiver
1359 deliberando, de forma clara e visual, quais são os impactos ambientais daquele
1360 empreendimento, de maneira cumulativa. Isso através do território." Conselheiro
1361 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: "Eu acho importante a manifestação do
1362 senhor, porque acredito que está garantido o espaço do debate. Uma coisa que eu
1363 estou aprendendo é que, para a visão territorial, é importante evitar que o
1364 pressuposto da reflexão possa partir de atividade econômica, de cadeia produtiva,
1365 inclusive, para permitir espaços para diversificação e entender que território é
1366 construção social, tem identidade. Quando discutimos gestão de território, o
1367 componente econômico, o componente ambiental, temos que agregar mais e não
1368 ficar só na visão de mitigação. A minha proposição é que, nessa discussão ampla,
1369 busquemos agregar a reflexão em torno de gestão de território, com tudo o que
1370 significa gestão de território. E gestão de território não é só garantir atividades

1371 produtivas, seja de qual porte forem. Essa discussão tem que avançar. Se
1372 ficarmos presos a empreendimento por empreendimento, inclusive, nem vamos
1373 identificar o aquífero, e o aquífero não existirá.” Conselheira Maria Teresa Viana
1374 de Freitas Corujo: “Não se faz gestão partindo do pressuposto. Por mais que
1375 tenham todo o mapeamento, altas tecnologias, identificando tudo que tem no
1376 território, se isso não servir para além de novas medidas condicionantes e
1377 mitigadoras... É isso que tem que alterar. Quando se faz gestão do território, e isso
1378 tem a ver com gente e com tudo, é para verificar a viabilidade ambiental ou social.
1379 É o primeiro ponto. Para ser viável, ambiental e social, quando se olha o contexto
1380 sistêmico, isso tem que ser considerado. E temos que esperar o dia em que os
1381 pareceres do próprio Estado digam que é indeferido porque naquele espaço
1382 territorial, com a situação que já está de impactos ou de ameaças ou que for, é
1383 inviável o empreendimento. Não é só uma questão de mapear melhores ou piores
1384 condicionantes, maior quantidade, isso não está chegando a lugar nenhum. E
1385 basear tudo em dados de informação é ótimo, se estiverem funcionando 100%.
1386 Vejam um exemplo. O Estado divulga que naquele decreto seriam só seis
1387 barragens. Quando vai fazer uma pesquisa mais aprofundada, são 36. Exemplo:
1388 na serra da Piedade existe uma unidade de conservação que deveria estar no
1389 mapeamento do IEF, chamada Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário
1390 Nossa Senhora da Piedade. E não está. No entanto, o IEF está tratando do
1391 conselho da unidade conservação, planejando como vai ser esse formato, e não
1392 está na base de dados. Outra coisa: nós temos o Zoneamento Ecológico-
1393 Econômico de Minas, que também é uma base de dados técnica, que não tem
1394 sido considerado absolutamente para nada nos pareceres do Estado em relação a
1395 se defere ou indefere licenciamentos. É o caso de Morro do Pilar, que eu
1396 acompanhei. Lá, se dizia que a área do empreendimento da Manabi, olhando o
1397 próprio instrumento técnico, teria que o Estado dizer que tinha que indeferir aquele
1398 licenciamento. Ele não aconteceu, mas naquela época ia acontecer. E o
1399 governador da ocasião assinou protocolo de intenção com a Manabi. Então eu
1400 quero deixar claro que existe outro olhar e que nesse caminho da gestão do
1401 Estado, sai governador, entra governador, essas premissas estão completamente
1402 equivocadas e nos levaram à situação do rompimento da barragem de Fundão, da
1403 barragem da Herculano e a todas essas catástrofes ambientais, e vão ser as
1404 responsáveis pelas próximas que virão. Uma pergunta que nunca ninguém me
1405 respondeu: quem vai cuidar daquelas 423 barragens daqui a 200 anos, se elas
1406 precisam de sistema permanente de drenagem, de acompanhamento das
1407 estruturas de contenção dos rejeitos? As empresas vão embora. Isso significa
1408 princípio de precaução. É viável ambiental ou não? Então tem que trazer esse
1409 questionamento, porque não pode parecer que ninguém está vendo isso. Tem que
1410 ficar claro. A questão que nós estamos tratando na gestão ambiental é que está na
1411 hora de o Estado e de todos os atores serem capazes de fazer uma avaliação
1412 realista. ‘Aqui esse tipo de empreendimento é inviável’. É isso que tem que ser
1413 feito, mas isso não é feito, e nós estamos nesse estado. Isso tem que ficar claro.”

1414 Presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira: “Nós temos que avançar muito
1415 na gestão da informação ambiental dentro do Estado, porque isso nos dá uma
1416 base segura para a tomada de decisão do COPAM. Eu não quero puxar
1417 condicionantes, porque são naturalmente decorrentes de um processo de
1418 licenciamento, e não sou eu que estabeleço. Agora, me incomodam
1419 condicionantes que não têm a mínima eficácia, que são colocados às vezes no
1420 processo de licenciamento, sem pé nem cabeça, sem sentido e que não trazem
1421 resultados efetivos de melhoria da qualidade ambiental. Isso eu quero enfrentar e
1422 vou enfrentar. O segundo ponto é relativo ao sistema de gestão territorial. Eu
1423 toquei no aspecto da condicionante porque nós estávamos tratando daquele caso,
1424 mas nos possibilita as três coisas. Dizer para o empreendedor, desde o início do
1425 planejamento do empreendimento, que nós não estamos brincando nem o
1426 empreendedor, que quer investir no Estado e que vai gerar também emprego e
1427 renda. Então ele tem que ter a certeza de que naquela área não há possibilidade
1428 de sequer começar um processo de licenciamento. Mas isso tem que ser deixado
1429 claro para ele desde o início, para depois de três anos não chegarmos a ele e
1430 dizer ‘não vai dar, infelizmente, é inviável’. Isso tem que ser deixado muito claro, e
1431 esses sistemas nos possibilitam isso. Negar a entrada de processos, negar o
1432 processo formalizado ou, uma vez que estamos aqui dentro do princípio do
1433 desenvolvimento sustentável, estabelecer, quando possível, as melhores
1434 condicionantes mitigadoras. É nisso que eu tenho insistido. **7) APLICAÇÃO DOS**
1435 **RECURSOS DA REPOSIÇÃO FLORESTAL. Apresentação: Instituto Estadual**
1436 **de Florestas (IEF).** Fernanda Teixeira Silva, diretora de Conservação e
1437 Recuperação de Ecossistemas/IEF, fez apresentação ao Plenário sobre a
1438 aplicação dos recursos da reposição florestal no Estado de Minas Gerais. Quanto
1439 às informações solicitadas pelo COPAM sobre a localização dos plantios de
1440 reposição e a situação de regeneração desses plantios, informou que ainda não
1441 estão disponíveis os dados de plantio de reposição totalmente consolidados.
1442 Esclareceu que esse controle é feito em cada um dos Escritórios Regionais do IEF
1443 e que ainda não foi possível realizar essa consolidação dos dados em função de
1444 estrutura do órgão. Em seguida, esclareceu pontos destacados pelos
1445 conselheiros. A conselheira Maria Dalce Ricas solicitou a apresentação de dados
1446 sobre produção de mudas e sua destinação. A diretora do IEF se comprometeu a
1447 encaminhar essas informações à conselheira ou apresentar ao Plenário na
1448 próxima reunião. A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo sugeriu
1449 ainda que nas próximas apresentações sejam informados o total de recursos e o
1450 total empenhado. “Além da questão prática de como está sendo feita a reposição,
1451 é muito importante nas planilhas acompanhar o que entrou, o que estava previsto,
1452 o que era recurso destinado a essa atribuição ambiental e comparando com o que
1453 realmente foi usado”, destacou a conselheira. **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo
1454 outros assuntos a serem tratados, o presidente Germano Luis Gomes Vieira
1455 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.
1456

1457
1458
1459
1460
1461

APROVAÇÃO DA ATA

**Germano Luis Gomes Vieira,
Presidente suplente do COPAM**